



Eduardo da Silva Correia

A DIFERENCIAÇÃO
SOCIOESPACIAL NO
URBANO-REGIONAL
DAS CIDADES MÉDIAS

Chapécó/SC. Maringá/PR. Presidente Prudente/SP.
Ribeirão Preto/SP.

Presidente Prudente

2023



FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDUARDO DA SILVA CORREIA

A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL NO URBANO-REGIONAL DAS CIDADES
MÉDIAS

Chapecó/SC. Maringá/PR. Presidente Prudente/SP. Ribeirão Preto/SP

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Conselho de Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Câmpus de Presidente Prudente, para a obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Márcio José Catelan

Presidente Prudente/SP

2023

C824d

Correia, Eduardo da Silva

A diferenciação socioespacial no urbano-regional das cidades médias : Chapecó/SC. Maringá/PR. Presidente Prudente/SP. Ribeirão Preto/SP / Eduardo da Silva Correia. -- Presidente Prudente, 2023

78 p. : il., tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

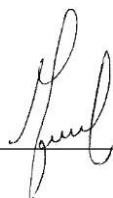
Orientador: Márcio José Catelan

1. Diferenciação socioespacial. 2. Cidades médias. 3. Cidades pequenas. 4. Fragmentação socioespacial. 5. Rede urbana. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Márcio José Catelan
(Orientador)



Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo
(Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente)



MSº. Pablo Muryllo de Oliveira
(Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a todas e todos os professores que me acompanharam ao longo do curso e que, com exatidão, se dedicaram a passar seus conhecimentos dos quais levarei para a minha vida acadêmica, profissional e pessoal. Em especial, aos professores, Everaldo Santos Melazzo e Nécio Turra Neto, que me deram todo o apoio necessário desde o início de minha formação acadêmica.

Grato ao professor/orientador, Marcio José Catelan, por todo o apoio que me deu, demonstrando dia após dia que é preciso acreditar em minha capacidade para alcançar os meus sonhos. Declaro aqui minha eterna gratidão por todo o conhecimento e tempo, bem como sua amizade.

Ao Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) — processo nº 2021/06454-0 — e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), meus sinceros agradecimentos pelo apoio e por depositar confiança em minha trajetória acadêmica.

Agradeço a minha mãe, Marlene Ferreira da Silva, heroína que me deu apoio e incentivo nas horas mais difíceis, de desânimo e cansaço. Obrigado por me mostrar que mesmo em meio as frustrações, desavenças e momentos difíceis, é necessário ir à luta para alcançar os objetivos traçados.

Aos meus avós, Maria e Jesus Ferreira, que foram e sempre serão minha bússola moral a partir de todos os ensinamentos que me passaram e por estarem sempre presentes, desde meu nascimento até este momento. A vocês dedico todo o meu amor.

A todos os meus amigos, por toda a força, amor e assistência inabalável. A vocês dedico todo o meu carinho pelas palavras motivacionais e puxões de orelha necessários. As risadas e momentos de tensão que compartilhei durante a graduação, agradeço por todo o apoio de vocês.

A Bateria Furiosa da Unesp de Presidente Prudente, que através da música, me fez reconectar ao meu passado e me deu sustentação nos momentos difíceis. Mas principalmente, as amizades que criei ao passar por esse período junto a vocês. Que possam ajudar cada vez mais estudantes que, assim como eu, necessitam de um aconchego dentro deste meio acadêmico.

Por fim, a todas e todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

EPÍGRAFE

“E nós, nós escrevemos a vida, iphones, a fome, a seca
Os homi, os drone, a inveja e a mágoa
O dinheiro, a disputa, o sangue, o gatilho
Sucrilhos, mansões, condomínios e guetos
Tá tudo do avesso, faíamos no berço
Nosso final feliz tem a ver com o começo
Somente o começo, somente o começo
Pro plantio ser livre a colheita é o preço
A vida é uma canção infantil, veja você mesmo
Somos Pinóquios plantando mentiras
E botando a culpa no gepeto (Pineapple Stormtv)”

RESUMO

O presente estudo buscou compreender os papéis e as funções das cidades médias a partir das interações espaciais que são estabelecidas no âmbito de uma rede hierárquica de cidades e que geram fluxos constantes de habitantes das cidades pequenas do entorno destes centros regionais, tornando-os arranjos populacionais dos núcleos polarizantes. Desta maneira, os processos decorrentes destes constantes fluxos, complexificam e dão forma a redes urbanas cada vez mais heterogêneas e centralizadas nas cidades médias, tornando o papel e a centralidade das cidades pequenas cada vez mais articulado às dinâmicas regionais das cidades médias, relação explicada pelo processo de diferenciação socioespacial. Tomou-se como recorte para estudo, as cidades médias de Chapecó/SC, Maringá/PR, Presidente Prudente/SP e Ribeirão Preto/SP e seus respectivos arranjos populacionais, utilizando os dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e comparando as metodologias utilizadas em cada estudo, sendo apresentado, ainda, diferentes maneiras metodológicas de utilização de dados e pesquisas de órgãos institucionais.

Palavras-chave: diferenciação socioespacial; cidades médias, cidades pequenas; fragmentação socioespacial; rede urbana.

ABSTRACT

The present study sought to understand the roles and functions of medium-sized cities based on the spatial interactions that are established within a hierarchical network of cities and that generate constant flows of inhabitants from the small cities surrounding these regional centers, making them population arrangements of the polarizing nuclei. In this way, the processes resulting from these constant flows, complicate and shape urban networks that are increasingly heterogeneous and centralized in medium-sized cities, making the role and centrality of small cities increasingly articulated with the regional dynamics of medium-sized cities, a relationship explained by the process of socio-spatial differentiation. The medium-sized cities of Chapeco, Santa Catarina, Maringa, Parana, Presidente Prudente, Sao Paulo and Ribeirao Preto, Sao Paulo and their respective population arrangements were taken as a study clipping, using data obtained by the Brazilian Institute of Geography and Statistics and comparing the methodologies used in each study, also presenting different methodological ways of using data and research from institutional bodies.

Keywords: socio-spatial differentiation; medium cities, small towns; socio-spatial fragmentation; urban network.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fórmula utilizada para medir o índice de integração intermunicipal	17
Figura 2. Deslocamento diário e demografia do Arranjo Populacional de Chapecó/SC.	41
Figura 3. Deslocamento diário da Aglomeração Urbana de Maringá/PR	42
Figura 4. Descolamento diário do recorte inicial do Arranjo Populacional de Presidente Prudente/SP	43
Figura 5. Deslocamento diário do recorte inicial do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Características dos estudos oficiais e linhas de pensamento	27
Organograma 1. Padrão de pensamento clássico e interescolar da rede urbana	28

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Vínculos da rede urbana de Chapecó/SC	31
Mapa 2. Vínculos da rede urbana de Maringá/PR	32
Mapa 3. Vínculos da rede urbana de Presidente Prudente/SP	33
Mapa 4. Vínculos da rede urbana de Ribeirão Preto/SP	34
Mapa 5. Mancha urbana do Arranjo Populacional de Chapecó/SC	36
Mapa 6. Mancha urbana do Arranjo Populacional de Maringá/PR	37
Mapa 7. Mancha urbana do Arranjo Populacional de Presidente Prudente/SP	38
Mapa 8. Mancha urbana do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP	39
Mapa 9. Mancha urbana de Ribeirão Preto/SP e Sertãozinho/SP	40
Mapa 10. Regiões de Articulação Urbana de Chapecó/SC	46
Mapa 11. Regiões de Articulação Urbana de Maringá/PR	47
Mapa 12. Regiões de Articulação Urbana de Presidente Prudente	48
Mapa 13. Regiões de Articulação Urbana de Ribeirão Preto/SP	49

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: OS ESTUDOS OFICIAIS SOBRE O SISTEMA URBANO	14
1.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO IBGE PARA A FORMAÇÃO DOS ARRANJOS POPULACIONAIS	16
1.2 OS ARRANJOS POPULACIONAIS SEGUNDO A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES	18
1.3 A NOVA DIVISÃO URBANO-REGIONAL DO BRASIL SEGUNDO O IBGE	22
1.3.1 Etapas executadas para a definição das Regiões de Articulação Urbana	23
CAPÍTULO 2: PROPOSTA DE LEITURA DO URBANO-REGIONAL DAS CIDADES MÉDIAS	29
2.1 A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS...	30
2.2 O DESENHO DO ARRANJO POPULACIONAL DAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS	34
2.3 O ARRANJO POPULACIONAL DAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DO ESTUDO.....	40
2.4 AS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS A PARTIR DA DIVISÃO URBANO-REGIONAL DO BRASIL.....	44
CAPÍTULO 3: A REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA.....	50
3.1 AS PEQUENAS CIDADES ENQUANTO ÁREA DE ESTUDO DA GEOGRAFIA URBANA: DEFINIÇÕES E CONCEITUAÇÕES	53
3.2 AS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES NA REDE URBANA: UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ESPACIAIS E HIERARQUIA DAS CIDADES	55
3.2.1 A rede urbana: suas definições e conceituações.....	56
3.2.2 A rede urbana como condicionante e como resultado para a divisão social e territorial do trabalho	57
3.3 AS ARTICULAÇÕES ENTRE PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES.....	59

3.4 O ALCANCE ESPACIAL DAS CIDADES MÉDIAS EM SEUS ARRANJOS POPULACIONAIS	60
3.5 A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO CAMINHO PARA COMPREENDER A REDE URBANA	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou dar continuidade e aprofundamento ao trabalho de investigação iniciado no ano de 2019 e com término em 2021, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em sequência, no ano de 2022, obteve-se financiamento pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) — processo nº 2021/06454-0—, cujo o objetivo foi a compreensão das cidades médias em sua área de influência, uma vez que o urbano-regional é fundamental para explicarmos as relações estabelecidas pelas lógicas e dinâmicas em múltiplas escalas no processo de produção das cidades e de diferenciação de seus papéis e funções na rede urbana, bem como de seus tecidos e formas de vida.

Dentre as inquietações e frente a alguns resultados de pesquisa que vimos trabalhando, chama-nos a atenção a condição e o papel das cidades pequenas, bem como, o alcance espacial delas quando compreendidas na circunscrição do espaço regional das cidades médias. Parece urgente, no sistema urbano contemporâneo, pensarmos o rearranjo de escalas, possibilitando uma nova reflexão sobre o papel que estes núcleos exercem em uma determinada rede urbana.

Desta forma, nossa mirada parte das cidades médias que compõem o projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb)”, financiado também pela FAPESP — processo nº (2018/07701-8) —, tendo como recorte os núcleos de arranjos populacionais, conforme é apresentado em estudos como a Região de Influência das Cidades (REGIC), publicada no ano de 2020.

Ao voltarmos o olhar para a divisão interurbana do trabalho, determinada com base nas redes e no sistema urbano, notamos o peso do papel das cidades médias e pequenas na divisão social e territorial do trabalho. Contudo, a hierarquia dos núcleos urbanos não se redefine somente a partir de seu poderio econômico, político ou social, mas leva consigo também a complexificação em suas conexões e a ponte entre as metrópoles e cidades pequenas, sendo que, desta forma, haverá contínuas e descontínuas mudanças conforme o maior ou menor grau de interações espaciais por estas exercidas (SPOSITO, 2017).

Deste modo, por meio desta pesquisa, pretendeu-se entender os processos que ocorreram e ainda ocorrem na escala espacial urbano-regional formada a partir da integração de núcleos urbanos presentes nas regiões de influência das cidades de Chapecó/SC,

Maringá/PR, Presidente Prudente/SP e Ribeirão Preto/SP, constituindo-se em núcleos de arranjos populacionais com densidades e complexidades diferenciadas.

Assim, torna-se importante a compreensão dos papéis e das funções por estas desempenhados, além de um alcance espacial maior em relação às suas respectivas centralidades que levá-las-iam a atingir uma diferenciação socioespaciais quando pensada no complexo das redes urbanas.

Neste trabalho final de graduação buscou-se ir ainda mais além, aprofundando-se ainda mais nos estudos oficiais relacionados ao sistema urbano brasileiro. Isto permitiu que analisássemos comparativamente as últimas publicações, dando enfoque em mudanças metodológicas, teórico-conceituais e novos métodos de leitura do urbano-regional das cidades.

Ressalta-se inicialmente que a partir deste trabalho de pesquisa pode-se entender que os estudos estão paulatinamente buscando acompanhar o ritmo cada vez mais crescente da reestruturação da rede urbana, mesmo que de forma vagarosa e silenciosa. Nota-se transformações de uma análise anterior e quase que exclusivamente hierárquica, pautada em padrões clássicos para um pensamento interescalar, ritmado conforme o maior ou menor grau de complexificação da rede urbana.

É pensando nisso, propusemos realizar a disposição dos capítulos desta pesquisa diferente da forma padrão adotada pela grande maioria dos trabalhos de conclusão. Sendo assim, o primeiro capítulo trabalhará os estudos oficiais sobre o sistema urbano brasileiro, analisando-os a partir dos critérios pré-determinados por cada qual; notas técnicas; objetivos e metodologias adotadas e, por fim, criando um quadro geral comparativo entre os mesmos.

O segundo capítulo é dedicado aos resultados obtidos a partir dos dados disponibilizados em plataformas governamentais, realizando mapeamentos, quadros, tabelas e gráficos específicos para cada cidades médias por nós estudadas e suas respectivas cidades pequenas. Neste capítulo é realizado, ainda, o mapeamento da mancha urbana do urbano-regional das cidades médias, buscando compreender o tecido urbano através da diferenciação socioespacial.

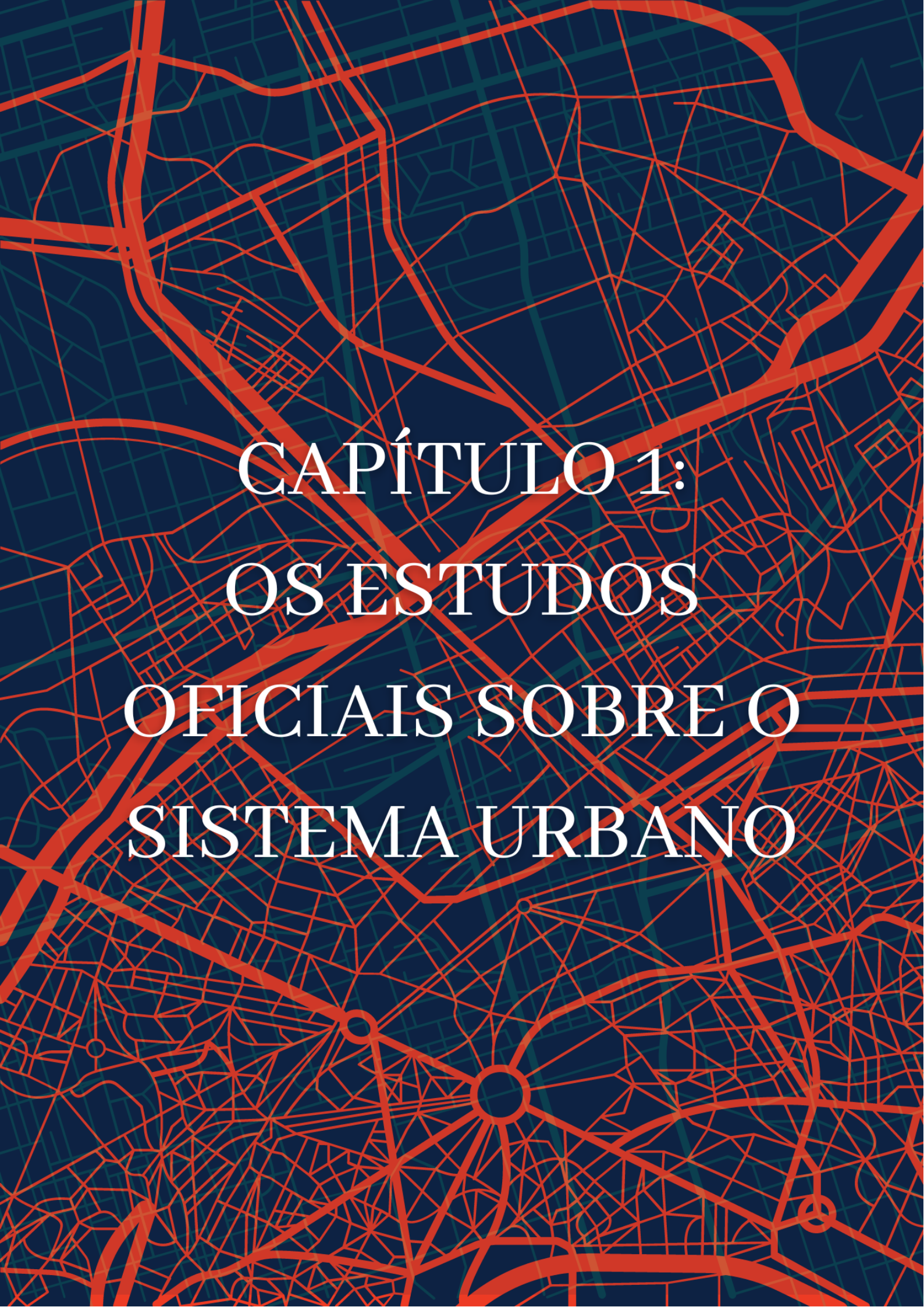
Já no terceiro capítulo, buscou-se o aprofundamento teórico-conceitual a partir de autores que estudam o sistema urbano brasileiro e a reestruturação do mesmo. Além disso, realizou-se uma discussão sobre as cidades médias e pequenas e seus respectivos papéis na divisão social e territorial do trabalho, permitindo análises quanto ao alcance espacial, centralidade e mobilidade.

Por fim, optamos por realizar um capítulo dedicado somente à diferenciação socioespacial no urbano-regional das cidades médias, visto que este é o tema principal neste

trabalho. Assim, iniciou-se o capítulo quatro relembrando o primórdio da divisão social do trabalho e como que a diferenciação socioespacial estava inserida já naquele contexto de divisão entre o rural e o urbano. Posteriormente, é discutido a diferenciação socioespacial a luz da reestruturação da rede urbana através de autores como Corrêa (1989; 1995; 2006; 2007) e Santos (2018), entre outros, que permitiram identificar com clareza os processos e práticas espaciais decorrentes do acúmulo de conteúdo relacionado ao processo de globalização e o engendramento de todo o aparato técnico-científico pelo modo de produção capitalista.

Por fim, conclui-se este trabalho realizando uma discussão sobre a importância da diferenciação socioespacial como caminho para compreender as recentes mudanças que estão em percurso na rede urbana das cidades médias brasileiras e como essas mudanças modificam o meio e tornam as relações hierárquicas cada vez mais interescares.

Assim, buscamos com esta pesquisa, contribuir para um entendimento técnico e científico quanto aos estudos oficiais e sua importância para compreendermos a lógica de uma possível passagem do padrão, exclusivamente, hierárquico para o heterárquico, sendo que ambos não se excluem, mas se complementam.



CAPÍTULO 1: OS ESTUDOS OFICIAIS SOBRE O SISTEMA URBANO

Os estudos que envolvem a categoria espacial de identificação de aglomerações urbanas seguem uma linha tradicional de produção geográfica implementada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde meados da década de 1960. Estas pesquisas passaram a ganhar destaque a partir da aceleração da urbanização no país, sendo que, em um primeiro momento estes estudos eram voltados somente para as grandes metrópoles, foco de concentração humana neste período.

Assim, a partir da primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia (Confege) em 1968, que se foi delimitado alguns parâmetros e metodologias para a identificação destas aglomerações urbanas e se constituiu o Grupo de Áreas Metropolitanas com dois objetivos: o primeiro sendo de conceituar de forma precisa os termos: metrópole; área metropolitana; região metropolitana; e definir um primeiro conjunto de municípios que seriam analisados a partir das tabulações do Censo Demográfico de 1970, buscando melhor compreender o processo de metropolização.

Assim, na década de 1970, estas discussões passaram a ser reforçadas através do I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND I – e com a criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU. Alguns critérios foram selecionados para a delimitação de Aglomerações Urbanas, sendo estes: o demográfico; econômico; complementaridade; integração das aglomerações com espaço urbanizado contínuo e; integração das aglomerações sem espaço urbanizado contínuo.

Ainda sobre os estudos de delimitação de grandes concentrações urbanas, o IBGE em 2006, apresentou na II Confege, as Áreas de Concentração de População (ACPs), utilizando de estudos como o de Castello Branco (2003), que ampliou os conceitos e critérios utilizados para a definição terminológico e metodológico da pesquisa. Assim, o autor selecionou o estrato superior da rede urbana e dividiu o processo em duas etapas, considerando critérios como: o tamanho relativo da população; desempenho econômico; centralidade e; ligações aéreas.

No final da seleção, as cidades centrais que resultaram desta pesquisa foram hierarquizadas a partir de indicadores como tamanho, centralidade, gestão e demografia. Além disso, foram considerados outros critérios como tamanho e densidade das cidades, contiguidades espaciais, atividades urbanas e movimentos pendulares para estudo ou trabalho. Sendo que este método de classificação hierárquica esteve presente na publicação da Região de Influência das cidades (REGIC) de 2007.

Por fim, os estudos sobre os Arranjos Populacionais passaram a ser empregados pelo IBGE em sua publicação de 2014, sendo que tal movimento definiu recortes territoriais e agrupamento de municípios seguindo alguns critérios de integração. Estas identificações foram

empregadas a partir da medição de movimentos pendulares para estudo e trabalho de cidade para cidade, ou a análise da contiguidade das manchas urbanas.

Assim, dois enfoques foram adotados para a análise dos resultados: o primeiro está ligado propriamente aos arranjos, com a finalidade de apreender as dinâmicas espaciais de mobilidade populacional; já o segundo refere-se ao conceito de concentrações urbanas a partir de uma substituição como escala de urbanização, das noções de arranjos populacionais, além da análise no âmbito político-administrativo com o estudo sobre os e municípios isolados: “refere-se a unidades urbanas que impele ao movimento um volume cada vez maior de pessoas, que veem, nos médios e grandes centros, oportunidades de trabalho e estudo, compatíveis com os novos padrões econômicos do capitalismo contemporâneo (IBGE, 2016, p. 19)”.

1.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO IBGE PARA A FORMAÇÃO DOS ARRANJOS POPULACIONAIS

O IBGE define os arranjos populacionais como “agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais (IBGE, 2016, p. 22)”. Sendo que, a escolha dos critérios é baseada na noção de existência de relações cotidianas entre dois ou mais municípios por grande parte da população.

Esta relação intermunicipal se dá devido a diversos fatores, como: crescimento da mancha urbana de uma cidade; emancipação de municípios; processos históricos em sua formação; localização de indústrias e comércio; entre outros que são considerados na análise de cada caso, sendo considerado o termo “integração”, segundo o IBGE, o mais apropriado para sintetizar esses diversos contextos. Deste modo, são utilizados três critérios de integração para a mensuração e identificação de arranjos populacionais.

O primeiro segue a lógica da forte intensidade relativa dos movimentos pendulares para estudo e/ou trabalho. Esta intensidade deve ser igual ou superior a 0,17 do índice de integração, sendo que a fórmula utilizada se baseia no índice de integração dos municípios; na quantidade de pessoas que moram e estudam e/ou trabalham no mesmo e; no total de pessoas que moram nos municípios, mas saem cotidianamente para trabalhar e/ou estudar em outro.

Figura 1. Fórmula utilizada para medir o índice de integração intermunicipal

$$I_A = \frac{x_{AB} + x_{BA}}{x_A} \quad \text{e} \quad I_B = \frac{x_{AB} + x_{BA}}{x_B}$$

Onde:

I_A = Índice de integração do Município A;

I_B = Índice de integração do Município B;

x_{AB} = Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e estudam no Município B;

x_{BA} = Total de pessoas que moram no Município B e trabalham e estudam no Município A;

x_A = Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e/ou estudam; e

x_B = Total de pessoas que moram no Município B e trabalham e/ou estudam; ou

Fonte: IBGE, 2016

O segundo critério utilizado considera a forte intensidade absoluta dos movimentos pendulares para estudo e/ou trabalho, somente quando o volume de pessoas que se deslocam cotidianamente entre os pontos A e B for igual ou superior a 10.000 pessoas; (terceiro critério) ou quando a contiguidade da mancha urbanizada, respeitando a distância entre as bordas de 3 km. Sendo o caso de alguns municípios do presente estudo, como Álvares Machado/SP – Presidente Prudente/SP e Sarandi/PR – Maringá/PR. Assim, o estudo sobre arranjos populacionais de 2016, busca incorporar o quadro geral de termos e noções acerca das aglomerações urbanas.

No entanto, poucos casos relacionados às cidades médias e pequenas aparecem neste estudo, mostrando que o interesse maior permanece sendo de pesquisas ligadas à metrópole e à hinterlândia metropolitana. Partiremos neste momento para a análise metodológica do estudo da Região de Influência das cidades e no final faremos uma comparação para entendermos melhor como o IBGE olha para os pequenos e médios núcleos da rede urbana.

1.2 OS ARRANJOS POPULACIONAIS SEGUNDO A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

No Brasil, os estudos sobre a rede urbana e o sistema urbano, tornou-se tradição a partir da teoria Christalleriana das localidades centrais (1966). A primeira publicação relacionada a esta temática ocorreu em 1968, passando posteriormente a realizar periodicamente uma análise geral das redes urbanas e da hierarquia das cidades brasileiras. Assim, estas publicações foram crescendo e dando origem a cada vez mais estudos sobre a complexidade e o alcance espacial mínimo e máximo que os centros urbanos possuem.

Em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – publicou o quinto trabalho sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC) que busca estabelecer uma leitura hierárquica do sistema urbano brasileiro. O primeiro em 1972, seguidos dos anos 1987, 1993, 2007 e o mais recente em 2018 nos permite ver não somente mudanças no padrão de estruturação das tipologias, ideia por muito tempo aceita, como também, um aumento na complexidade das interações em múltiplas escalas. O que se pretende com esta proposta é observar como que a partir da análise realizada pelo IBGE das funcionalidades e tipologias de cidades presentes no urbano heterogêneo brasileiro chegamos à publicação de 2018 com uma preocupação já anunciada na REGIC de 2007 — um aumento da complexidade de articulações que vamos compreender a partir da ideia do alargamento dos contextos elaborada por Santos (2008) —.

A REGIC é um estudo realizado pelo IBGE com a função de descrever as regiões de influência das cidades brasileiras e a hierarquia de seus conjuntos de centros urbanos, de modo que possa identificar as principais centralidades da rede urbana. Sua segunda e terceira versão, publicadas respectivamente em 1987 e 1993, foram realizadas através de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, nos anos de 1966, 1978 e 1993. Essas duas publicações são embasadas na Teoria das localidades centrais, de Christaller (1933).

A complexidade do sistema interurbano de determinadas redes urbanas, é explicada através da hierarquização das cidades e a oferta de bens e serviços aos sujeitos que se deslocam para tais centros urbanos em busca dos quais não podem/não querem obter em suas cidades. Outrora, Christaller ao publicar sua tese em 1933, não pode prever a imensa complexidade que a rede urbana tomaria, principalmente a partir dos anos 60, no caso brasileiro. Assim, é deveras importante saber identificar as heterogeneidades de cada rede urbana e, além disso, considerar o papel e função que cada centro urbano possui a partir da divisão territorial e social do trabalho.

No quadro operacional do estudo de 1987, aceita-se as extensões recentes à teoria clássica, como também o fato de que a rede de localidades centrais apresenta vários correlatos que possibilitam considerá-la como uma categoria de análise da rede urbana brasileira. O critério para decidir a subordinação de um município ou cidade — município: conceito referente à ocupação humana; cidade: área urbana de um município a uma localidade central — foi considerar que uma unidade está subordinada a um centro quando com este mantiver um relacionamento de intensidade igual ou superior ao dobro dos relacionamentos com centros alternativos de mesmo nível hierárquico.

Já na publicação da REGIC de 1993, buscou-se a definição de um conjunto de funções (centrais) que possibilitam refletir os diferentes níveis de centralidade das cidades brasileiras através da utilização de informações do censo de comércio e serviços, referentes a 1985 também realizados pelo IBGE, e de outros trabalhos que acrescentam dados complementares, necessários à construção da estrutura funcional das cidades. Foram definidas 46 funções centrais de bens e serviços. Dessas funções, 14 são consideradas de baixa complexidade e frequentes nas cidades de hierarquia mais baixa, 30 são funções de alta complexidade e definidoras de hierarquias/centralidades mais elevadas que as 14 primeiras. As outras duas funções que restaram são relativas à busca de serviços de informação.

O estudo da REGIC de 2007 leva em consideração o surgimento de novas tecnologias, alterações ocorrentes nas redes técnicas e o aprofundamento da globalização da economia brasileira, o que provoca alterações coerentes no território e indica uma atualização das regiões de influência das cidades, indicando que com o passar dos anos e a intensificação do processo de urbanização do Brasil, novos estudos deveriam ser realizados, permitindo comparação entre as diferentes épocas.

Por fim, no estudo da REGIC de 2007, para sua realização foi estabelecida inicialmente uma classificação dos centros para, em seguida, serem delimitadas suas áreas de atuação. As áreas de influência dos centros foram classificadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, baseados nos dados obtidos pelo questionário realizado para a pesquisa, combinados para definir as regiões de influência dos centros urbanos.

Considerando as quatro décadas que já se passaram após os antigos estudos das REGICs, observam-se algumas permanências e algumas alterações na rede urbana. Comparando os Centros Urbanos de 1966 com os examinados nesta pesquisa, compreende-se que a rede urbana apresenta uma notável estabilidade, principalmente os de níveis hierárquicos mais altos, que de modo geral, mantêm-se os mesmos. As principais alterações ocorrem no

processo de ocupação do território e são mais frequentes nos níveis de hierarquia intermediária e baixa.

A publicação da REGIC de 2018, embora possua semelhanças metodológicas com a de 2007, é necessário que sejam ressaltados alguns aspectos importantes para seu entendimento. Esta é dividida em três seções, sendo a primeira sobre a rede urbana brasileira, com os resultados finais propriamente ditos, traçando um quadro geral da rede urbana brasileira. Já a segunda seção refere-se às notas técnicas, detalhando os principais parâmetros teóricos e metodológicos utilizados para a identificação e classificação da hierarquia das cidades.

Por último, tem-se a seção dos resultados intermediários e a análise temática da rede urbana brasileira, traçando também resultados específicos de gestão de território, que são levados em consideração no meio público e privado. Além disso, nesta seção, com o objetivo de qualificação dos centros urbanos e destaque de singularidades, são analisados temas particulares da rede urbana brasileira, explorando dados de fontes secundárias e realizando um panorama da hierarquia e da rede de cidades para cada um dos temas estudados.

Como apontado anteriormente, a REGIC de 2018 estrutura a rede urbana brasileira em duas dimensões: “a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis; e as regiões de influência, identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana (REGIC, 2018, p. 11)”. Sendo que, neste estudo foram considerados os Arranjos Populacionais como parte dos nós da rede urbana.

Isto se deve ao fato de que a unidade funcional Cidade, objeto do atual estudo, pode vir a ser composta não apenas por um, mas por vários Municípios que são indissociáveis como unidade urbana. Trata-se de Municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana (REGIC, 2018, p. 11).

Por conseguinte, as cidades brasileiras foram classificadas hierarquicamente, assim como nos demais estudos, a partir de suas funções de gestão em determinados territórios e sua influência sobre outras cidades, considerando o papel em atividades públicas e empresariais e a oferta de bens e serviços, sendo medido o grau de atratividade a partir desses fatores. Assim, foi-se classificado hierarquicamente as cidades brasileiras, tendo no topo desta hierarquia a Metrópole Nacional, seguido pelas Metrópoles; Capitais Regionais A, B e C; Capitais Sub Regionais A e B; Centros de Zona A e B; e Centros Locais; estes últimos referem-se ao menor escalão das cidades no Brasil, e considera o papel dos centros urbanos de uma rede na distribuição de bens e serviços.

Na segunda seção do estudo, é explicitado que a “[...] noção de Cidade ou de centro urbano na pesquisa REGIC 2018 utilizada para análise dos dados é operacionalizada por meio de unidades territoriais definidas no estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (REGIC, 2018, p. 72)”. Deste modo, em relação aos arranjos populacionais, os estudos não se divergem, mas se complementam ao embasar empiricamente e metodologicamente os procedimentos aplicados.

Portanto, a pesquisa enxerga os arranjos populacionais como: “unidades territoriais compostas por mais de um Município, que apresentam integração significativa em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos frequentes dos habitantes para trabalhar ou estudar (REGIC, 2018, p. 72)”. Sendo que, os arranjos populacionais que ultrapassam 100 mil habitantes, são considerados concentrações urbanas.

Assim como no estudo dos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas de 2016, a REGIC de 2018 leva em consideração a contiguidade dos municípios e suas manchas urbanizadas, ou então, se estes possuem forte movimento pendular para estudo e/ou trabalho, com tamanha integração que seja justificável considerá-los como um único nó na rede urbana. “A hierarquização de dois Municípios que compartilham manchas urbanas, por exemplo, tende a ser inadequada, pois frequentemente os dois Municípios integram os mesmos processos de urbanização e de relacionamentos externos com Cidades (REGIC, 2018, p. 72)”.

Por fim, a noção de região de influência empregada na pesquisa é operacionalizada através dos vínculos que são estabelecidos entre os centros urbanos de menor hierarquia direcionando-os aos de maior. Desta forma, acabam por possuírem feições espaciais reticulares ao formato da rede constituída, através de um conjunto de unidades urbanas que se interligam entre si.

Assim, em cada município, três informações foram consultadas a respeito da procura de outros municípios pela população daquela localidade e divididas em nove temas, sendo estes temas: a compra de vestuários e calçados; móveis e eletroeletrônicos; serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade; ensino superior; atividades culturais e esportivas; uso de aeroporto e; a origem dos jornais que circulam o município. Foram considerados, ainda, os resultados do questionário aplicado a partir da pesquisa Ligações Rodoviárias e Hidroviárias de 2016, atribuindo percentuais em função da frequência de transporte público inter-regional ou interurbano.

1.3 A NOVA DIVISÃO URBANO-REGIONAL DO BRASIL SEGUNDO O IBGE

No ano de 2021 o IBGE publicou o seu segundo estudo sobre a Divisão Urbano-Regional do Brasil, que busca construir “[...] um modelo de regionalização que privilegia, na classificação, a estrutura urbana como elemento de organização do espaço (IBGE, 2021, p. 9”. Deste modo, o sistema urbano é articulado a partir das grandes cidades, movidas pela necessidade econômica e social de integração com outras regiões brasileiras.

Para tanto, o estudo identificou Regiões de Articulação Urbana, baseadas na publicação da REGIC de 2018. “As Regiões de Articulação Urbana compatibilizam a rede urbana a feições zonais, contíguas e sem superposições, comandadas por uma Cidade que polariza uma área de influência própria (IBGE, 2021, p. 10)”.

O modelo contempla uma visão híbrida que utiliza critérios de conectividade em rede, nas suas diferentes escalas espaciais, para identificação de zonas que são denominadas de Regiões Ampliadas, Intermediárias e Imediatas, segundo a hierarquia dos centros; funções de gestão territorial; e ligações oriundas da demanda por bens e serviços. São duas estruturas espaciais que se complementam: uma de fluxos entre as Cidades e suas regiões e outra zonal, que cria espaços coesos e articulados (IBGE, 2021, p. 10).

Nesta edição foram identificadas 17 Regiões Ampliadas, sendo que 15 destas são capitaneadas por Metrópoles e 2 por Capitais Regionais. O estudo identificou, também, uma alteração no antigo recorte e acrescentou novas Regiões Ampliadas, reconfigurando, deste modo, o conjunto regional através dos Arranjos Populacionais. Foram identificados diversos rearranjos na reestruturação da divisão territorial e social do trabalho e na urbanização brasileira, mudando a forma e ampliando conexões entre cidades de diferentes hierarquias.

A metodologia utilizada no presente estudo para a definição das Regiões de Articulação Urbana seguiu a mesma adotada em sua primeira edição — a publicação de 2013 possuía como embasamento os dados da REGIC de 2007 —, ou seja, a hierarquia das cidades exposta na REGIC de 2018, manteve-se neste estudo, assim como também os dados de gestão do território e a busca por bens e serviços.

Da mesma forma, os três níveis escalares originais da pesquisa anterior, foram mantidos, sendo o: nível 1 – Regiões Ampliadas; nível 2 – Regiões Intermediárias e; nível 3 – Regiões Imediatas. Além disso, foram identificados, dentro das Regiões Imediatas de Articulação Urbanas, municípios que possuem o papel de Subnúcleos na lógica das interações espaciais entre os demais núcleos da rede urbana.

A definição das Regiões de Articulação Urbana se deu através da agregação de municípios. Os procedimentos aplicados acabaram por seguir uma lógica de identificação das Regiões Ampliadas, seguido de uma subdivisão em Regiões Intermediárias e, por fim, subdivididas em Regiões Imediatas, seguindo uma lógica parecida com o estudo Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, publicado em 2017 pelo IBGE.

Todavia, a delimitação final das regiões foi concluída somente após o término de todas as etapas, “uma vez que a análise de determinadas áreas do território brasileiro necessitava de uma avaliação mais pormenorizada, que efetivamente foi realizada nas etapas finais do estudo (IBGE, 2021, p. 13)”. Portanto, através de uma abordagem interestelar, não somente regiões de nível 1 são quem definem regiões de nível 2, mas também elas acabaram por serem definidas através de outros níveis regionais.

A Divisão Urbano-Regional tem como foco a identificação de regiões onde as Cidades se articulam de modo coeso em três escalas distintas (Ampliada, Intermediária e Imediata). Devido às diferenças no sistema urbano ao longo do território brasileiro, Centros Urbanos de hierarquias distintas podem ser Núcleos de regiões. Assim, numa parte do País, o Núcleo que dá coesão a uma Região Intermediária é uma Capital Regional A e, em outra, uma Capital Regional C. Isso ocorre pois se considera que o papel das duas são equivalentes nas regiões que articulam.

Por fim, as feições regionais, por estarem interconectadas a uma lógica de rede hierarquizada, possuem um encadeamento de conjuntos e elementos onde, cada elemento revela uma associação em suas interações espaciais, desde o centro de maior hierarquia, que polariza determinadas redes urbanas, até os centros de menor hierarquia. Assim, uma vez definida a lógica, a priori, o resultado é expressado em uma área de influência, delimitado por um conjunto de municípios e rotulado como uma Região Ampliada, Intermediária ou Imediata de Articulação Urbana.

1.3.1 Etapas executadas para a definição das Regiões de Articulação Urbana

A definição das Regiões Ampliadas de Articulação Urbana está atrelada à avaliação das ligações entre as cidades com uma das 15 Metrôpoles brasileiras (IBGE, 2020). Considerou-se a cardinalidade do sistema urbano, como a ligação entre Capitais Regionais ligadas diretamente à Metrôpoles, mesmo que Cidades vinculadas a duas ou mais Metrôpoles não foram associadas a uma Região Ampliada nessa primeira etapa.

Na etapa 1.2, foram considerados os mesmos procedimentos e critérios presentes na Divisão Urbano-Regional elaborados em 2013, entendendo que Capitais Regionais, em determinadas regiões, podem possuir um papel relevante nas suas áreas de influência, mesmo que sua classificação seja hierarquicamente menor a de uma metrópole, ou seja, em determinados contextos regionais e diferenciadores, a lógica hierárquica já não explica completamente a complexidade dos arranjos espaciais.

Assim, após a realização das etapas 1.1 e 1.2, foi-se aplicado o primeiro critério para a definição das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, “a agregação das Cidades (e de suas áreas de influência) segundo os seus vínculos a Centros Urbanos com hierarquia de Capital Regional C ou superior, desde que estivessem ligados diretamente a uma Metrópole (etapa 2.1) (IBGE, 2021, p. 14)”.

Esta etapa possui uma diferença quanto a definição utilizada na primeira edição do estudo, que considerava como hierarquia mínima, Centros Sub-Regionais A, para que uma cidade fosse considerada como Núcleo de uma Região Intermediária. Segundo o IBGE (2021), essa mudança deu-se pela evolução do sistema urbano brasileiro no período entre as publicações dos estudos da REGIC de 2007 e 2018, que suscitou o surgimento de centros com hierarquias elevadas e, conseguinte, levou à uma calibração das hierarquias definidas como Regiões Intermediárias.

O resultado gerado pelo primeiro critério de definição das Regiões Intermediárias mostrou-se semelhante ao que está presente no primeiro estudo, sendo necessário mais calibrações em razão das desigualdades na rede urbana brasileira. Portanto, três critérios adicionais foram aplicados de modo que fosse possível a identificação de Regiões Intermediárias em áreas nas quais a rede urbana é menos consolidada se comparada a outras redes urbanas.

O primeiro critério aplicado consiste na delimitação de regiões de nível 2 para as áreas de influência de centros urbanos com hierarquia de Capital Regional ou Centro Sub-Regional A, sendo necessário uma ligação direta por estes a uma capital estadual. Posteriormente, utilizou-se da hierarquia de centros Sub-Regionais A para a definição das Regiões Intermediárias de Centros Urbanos que estivessem ligados diretos e exclusivamente a Metrópoles, contando que não houvesse contiguidade espacial com a mesma.

Assim, as etapas anteriores que definiram as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, tiveram como foco a hierarquia dos centros urbanos, privilegiando suas áreas de influência nas calibrações regionais. Posteriormente, voltou-se o foco para a resolução das duplas vinculações registradas no estudo da REGIC 2018 (IBGE, 2020). Deste modo, centros

urbanos que possuísem o nível hierárquico igual ou superior a Centro Sub-Regional A e mais de uma vinculação com hierarquias superiores, tiveram as Regiões Intermediárias Isoladas, mesmo que não fossem ligadas diretamente à Metrópole.

Após a realização destas etapas, as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana já estavam quase que por definidas. Para tanto, passou-se a avaliar os Municípios e Núcleos que apresentavam múltiplas vinculações com as Regiões Intermediárias pré-definidas, assim, a partir desta etapa em diante, não foram criadas regiões de nível 2, mas buscou-se definir qual Região Intermediária e quais Municípios fariam parte desta.

Para a realização desta fase, foi considerada a rede urbana final da REGIC 2018 (IBGE, 2020), uma vez que, para as Cidades que são centros principais de gestão territorial, foi-se levantando três critérios de definição que alocam estas em Regiões Intermediárias de Articulação. No caso de não existir a possibilidade de resolução pelo primeiro critério, seria considerado o segundo e assim sucessivamente (IBGE, 2021).

O primeiro critério adotado foi de associar o Município ou Núcleo a Região Intermediária na qual possuíse maior valor de ordem de gestão de território. O segundo critério consistiu na avaliação percentual de participação na gestão empresarial, sendo que, a diferença entre o maior valor e o segundo maior valor precisou ser igual ou superior a 5%. Por fim, o terceiro critério deu-se através das ligações rodoviárias e pela somatória de percentuais Municipais, sendo considerado a diferença maior ou igual a 5% entre o valor mais elevado e o segundo mais elevado.

Posteriormente, a avaliação dos critérios anteriores, e contemplando a associação de determinados Centros Urbanos a Regiões Intermediárias que fossem descontínuas espacialmente, decidiu-se avaliar a relação desses centros com Regiões Intermediárias diretamente vizinhas, mesmo que a REGIC 2018 (IBGE, 2020) não indicasse tais vinculações. Assim, foram alocados os Centros Urbanos restantes à Regiões Intermediárias pertinentes a esses.

Ocorreram casos que, pela rede urbana final da Regic 2018 (IBGE, 2020), certos Centros Urbanos (hierarquias até Centro Sub-Regional B) não possuíam múltiplas vinculações a centros de hierarquias superiores, mas sim, somente uma única vinculação a uma Metrópole ou Capital Regional ou Centro Sub-Regional A, contudo, de forma descontínua. Para esses casos, também foram adotados os procedimentos e critérios estabelecidos na etapa 2.6.a em relação às Regiões Intermediárias diretamente contínuas geograficamente. Caso os relacionamentos, segundo temas de gestão do território, gestão empresarial e ligações rodoviárias não fossem relevantes, foi admitida a associação do Centro Urbano (e sua área de influência) à Região Intermediária descontínua de única vinculação (IBGE, 2021, p. 19).

Em casos onde as Cidades possuíam múltiplas vinculações e a hierarquia menor do que Centro Sub-Regional B, a decisão sobre qual Região Intermediária estas seriam associadas seguiu-se a mesma lógica da etapa anterior, no entanto, utilizando outros dados que refletissem melhor a relação entre estas. Deste modo, foram avaliados temas relacionados à busca por bens e serviços presente no estudo da REGIC 2018 (IBGE, 2020). Para tanto, a Cidade foi associada a uma Região Intermediária seguindo a mesma lógica de diferença entre o maior valor e o segundo valor maior igual ou superior a 5%, presente nas etapas anteriores e seguindo as fases consequentes como critério para casos de múltiplas vinculações.

Após a finalização desta segunda etapa, realizou-se a delimitação das Regiões Imediatas de Articulação Urbana (etapa 3), que consistiu na subdivisão das Regiões Intermediárias. Assim, para que um Centro Urbano fosse considerado como Núcleo de uma Região Imediata (3.1) este devia ser classificado minimamente como Centro Sub-Regional A, segundo a REGIC 2018 (IBGE, 2020). Contudo, Cidades classificadas como Centro Sub-Regional B foram também consideradas Núcleos de Regiões Imediatas, e mesmo que não tivessem a necessidade de estarem conectadas diretamente a uma Capital Regional ou Metrôpoles, era necessário que estas tivessem pelo menos três municípios em seu alcance espacial.

Após o término da etapa anterior, o estudo buscou resolver as múltiplas vinculações e descontinuidades (3.2). Similarmente aos critérios utilizados na definição das Regiões Intermediárias, foi-se utilizado a associação de um Município ou Núcleo de hierarquia inferior a Centro Sub-Regional B com Regiões Imediatas já definidas. No caso do primeiro critério não ser suficiente, recorreu-se ao segundo e assim sucessivamente até o último critério (IBGE, 2021).

O primeiro critério consistiu na avaliação da vinculação entre as Cidades com relação ao tema “compras de vestuários e calçados”, somando os percentuais dos Núcleos ou Municípios e considerando todos de cada uma das Regiões Imediatas pré-definidas. O Núcleo ou Município acabou sendo associado, então, a Região Imediata com a qual possuísse maior percentual somatório, seguindo a lógica de valores iguais ou superiores a 5%. Os critérios consequentes foram medidos do mesmo modo, entretanto, os temas avaliados respectivamente foram: “atendimento de saúde de baixa e média complexidade; compras de móveis e eletroeletrônicos; e ligações rodoviárias (IBGE, 2021, p. 21)”.

Quando o resultado da avaliação das múltiplas vinculações levasse a associação de uma Cidade a uma Região Intermediária descontínua geograficamente, os mesmos critérios e procedimentos foram adotados de modo a associá-la a uma Região Imediata diretamente vizinha. A mesma

avaliação foi realizada quando havia somente uma vinculação entre a Cidade e uma Região Imediata não contígua espacialmente (IBGE, 2021, p. 21).

Finalmente, foram identificados quais Municípios possuíam o papel de Subnúcleos das Regiões Imediatas de Articulação Urbana (etapa 4). Todavia, a delimitação de Sub-Regiões Imediatas não foi considerada pertinente, pois, pela lógica do fluxo de pessoas, informações, bens e serviços, acabam por ser muito variados entre os Municípios, os Núcleos e Subnúcleos das Regiões Imediatas. Deste modo, o estudo avaliou que não haveria a necessidade de sub-regiões compostas por Municípios contíguos espacialmente (IBGE, 2021).

Por fim, para o Município ser classificado como Subnúcleo, era necessário que este tivesse nível 3 de gestão territorial ou ser citado no questionário aplicado pelo estudo da REGIC 2018 (IBGE, 2020), tendo casos onde ambos os critérios foram atendidos. Junto a isso, Subnúcleos foram caracterizados segundo a sua conexão ou não em um Arranjo Populacional, levando em consideração a possibilidade de serem ou não polo desse. Cabe aqui ressaltar que, em casos onde o polo fosse composto por dois ou mais Municípios, foi-se considerado com um único Subnúcleo.

Quadro 1. Características dos estudos oficiais e linhas de pensamento

Características dos estudos oficiais e linhas de pensamento		Tabela Comparativa		
CARACTERÍSTICAS	DIMENSÃO TEÓRICA	DIMENSÃO METODOLÓGICA	PADRÃO CLÁSSICO	TEORIAS PRECURSORAS
REGIC (2007)	Teoria das localidades centrais (1966)	Função de gestão do território; aplicação de enquetes	Teoria das localidades centrais (1966)	CORREIA (1996); SANTOS (1999)
Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017)	Alcance espacial mínimo e máximo (Christaller, 1966; Corrêa, 1989; Dias, 2000)	Utilização da mobilidade e demanda por bens e serviços como fio condutor para o estudo	Incorporação de estudos recentes sobre centralidade e mobilidade urbana	CORREIA (1987; 1995)
REGIC (2018)	Teoria dos Fluxos Centrais (TAYLOR, 2004 apud IBGE, 2020)	Manteve-se a metodologia de 2007, porém, introduzindo resultados de outros estudos	Reconhecimento de um padrão heterarquico na rede urbana	SPOSITO e CATELAN (2017)
Divisão Urbano-Regional do Brasil 2ª Edição (2021)	Baseia-se, sobretudo, na REGIC de 2018	Ampliação dos estudos da REGIC e reutilização da metodologia da primeira edição	Reconhecimento da complexificação da rede urbana a partir da interesalaridade	

Fonte: IBGE, 2007; 2017; 2018; 2021 Elaborado por: CORREIA, E. S.



Fonte: IBGE, 2007; 2017; 2018; 2021 / Elaborado por: CORREIA, E. S.

É possível observar no quadro 1 o avanço dos estudos no sentido de absorver as mudanças que estão ocorrendo em escalas locais, regionais, nacionais e internacionais. Assim,

cada vez mais toma-se como caminho para compreender o sistema urbano brasileiro não somente teorias clássicas, mas também aquelas que enxergam a complexificação das interações interescares entre as cidades e, a partir disto, buscam criar modelos para sintetizar o avanço do modo de produção capitalista e de diferenciações socioespaciais.

Organograma 1. Padrão de pensamento clássico e interescalar da rede urbana



Fonte: IBGE, 2007; 2017; 2018; 2021 / Elaborado por: CORREIA, E. S.

Em busca de sintetizar e diferenciar estudos de vieses clássico e de pensamento interescares, o organograma 1 ilustra a quebra de teorias e procura elucidar a necessidade de ter-se um olhar transversal para o urbano-regional das cidades médias. Deste modo, a REGIC (2018) pode ser considerada como um marco para os novos estudos que foram publicados e os que ainda serão. Seja pela linha de pensamento ou até mesmo pela metodologia que passou a dar luz a modelos e padrões que vão além do hierárquico.

Para tanto, no próximo capítulo veremos exemplos sobre como estes estudos são importantes para a compreensão da rede urbana e do sistema urbano brasileiro. Apresentaremos os resultados obtidos através dos estudos sobre o arranjo populacional das cidades médias de Chapecó/SC, Maringá/PR, Presidente Prudente/SP e Ribeirão Preto/SP. Além disso, mostraremos a possibilidade de alinhar os dados obtidos pelos estudos oficiais a demais dados obtidos por demais metodologias aplicadas, dando ênfase na importância do mapeamento para o entendimento quanto a espacialização da diferenciação socioespacial no urbano-regional das cidades médias e pequenas.

CAPÍTULO 2:
PROPOSTA DE
LEITURA DO URBANO-
REGIONAL DAS
CIDADES MÉDIAS

A partir da reflexão sobre o alcance espacial das cidades médias e a influência exercida sob as pequenas, o presente estudo buscou compreender as interações espaciais através dos fluxos socioespaciais. Os dados aqui expostos, foram obtidos a partir das pesquisas anteriormente mencionadas e incorporam o quadro de análise que relaciona a integração regional à hierarquia urbana das cidades. No entanto, compreendemos que é necessário avançarmos nesta análise e desprender-se do pensamento hierárquico pautado, buscando apreender aspectos heterogêneos e homogêneos que ultrapassam os limites territoriais das cidades médias e pequenas.

Os recentes estudos relacionados aos rearranjos da rede urbana brasileira acompanham e refletem o paulatino aumento dos arranjos populacionais que compõem as regiões metropolitanas, mas também as áreas mais longínquas das metrópoles, como é o caso do presente estudo. Assim sendo, tomou-se como adoção, as definições e recortes territoriais pré-estabelecidos pelo IBGE como ponto de partida para apreender-se de forma estrutural, as interações espaciais entre as cidades médias e pequenas.

Desta forma, neste capítulo partiremos inicialmente da publicação “Região de Influência das Cidades (REGIC)” de 2018, mostrando como os arranjos populacionais são, juntamente ao núcleo, locais de concentração de bens, serviços e pessoas. Posteriormente, foram elaborados mapas da mancha urbana das cidades médias da presente pesquisa, sendo realizado um primeiro recorte espacial.

Por fim, foram obtidos dados relacionados ao deslocamento diário para estudo e/ou trabalho das cidades médias e pequenas, buscando identificar as principais conexões existente no urbano-regional das mesmas. Ainda, é apresentado no final do capítulo, mapas sobre a Região de Articulação das cidades médias, sendo possível a comparação deste estudo com os dados da REGIC de 2018 apresentados inicialmente.

2.1 A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS

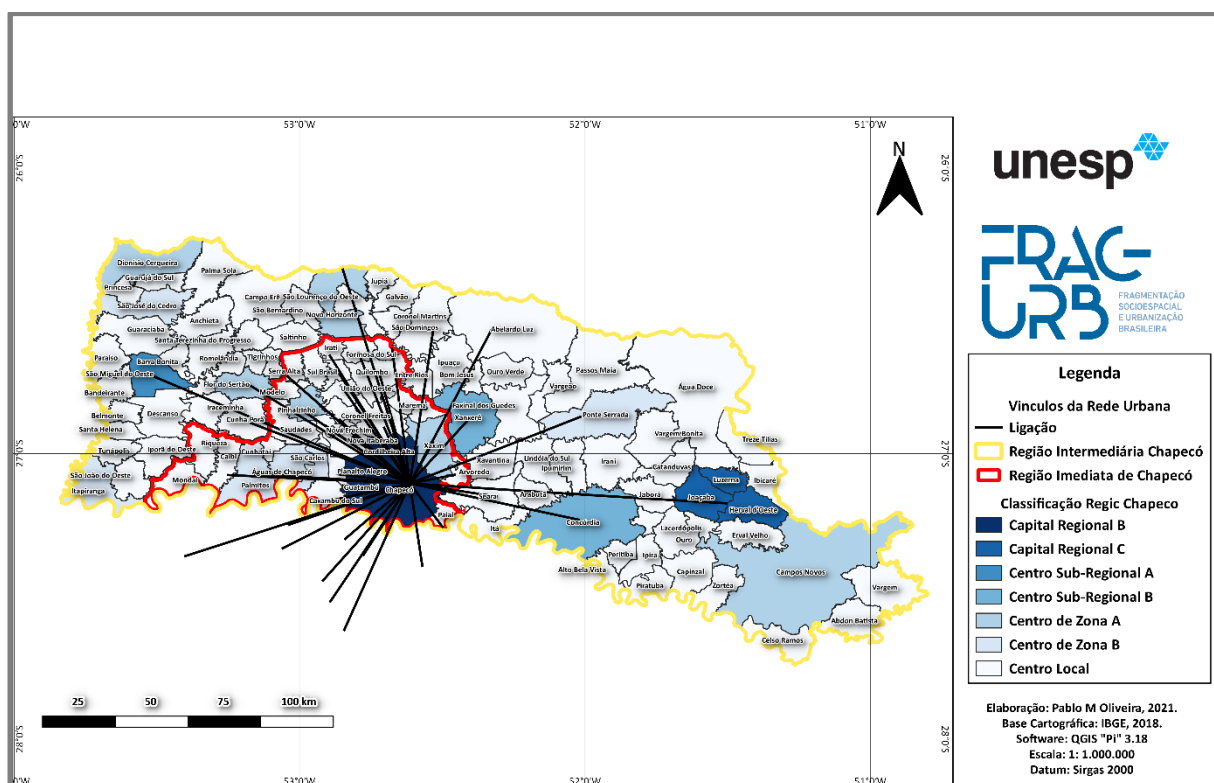
O estudo Região de Influência das Cidades (REGIC) busca, para além da compreensão do processo da urbanização brasileira, estabelecer critérios para a qualificação das relações entre os núcleos urbanos da rede, compreendendo quais são os eixos de integração no território brasileiro, os padrões que diferenciam as estruturas de distribuição de centralidade e a partir disso, determinar a hierarquia dos centros urbanos e as suas respectivas regiões de influência.

Deste modo, para que a análise seja de fato fiel a realidade, é necessário comparar estes dados aos demais estudos publicados, pois assim teremos um panorama maior sobre como a

espacialidade de processos mais complexos condizem com o que compreendemos como rede urbana. Esta interpretação é inicial no que condiz ao que pretendemos com esta pesquisa, mas é um dos pontos essenciais pela importância que a REGIC é para os estudos sobre a estruturação da urbanização brasileira.

Ainda em relação aos recortes analíticos determinados pelo IBGE, as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017) complementam o quadro de análise territorial ao dividir a região de influência dos núcleos urbanos em interações de pequeno e longo alcance espacial. Desta maneira, a região imediata determina e divide as cidades com relações cotidianas, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. E as Regiões Geográficas Intermediárias, apreendendo os centros urbanos que correspondem a uma escala de intermediação entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas.

Mapa 1. Vínculos da rede urbana de Chapecó/SC



Fonte: Região de Influência das Cidades (REGIC), 2018.

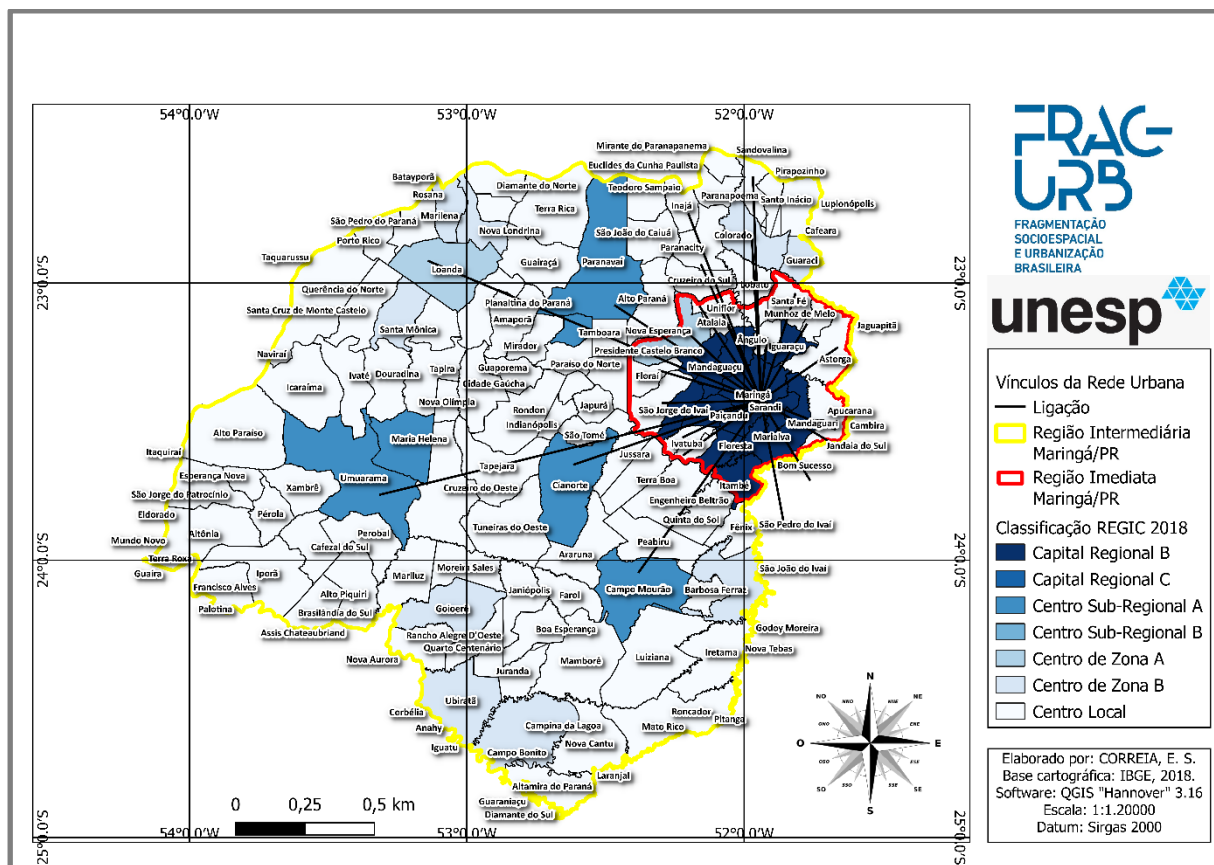
O Mapa 1 classifica hierarquicamente a partir da REGIC de 2018 a rede urbana de Chapecó/SC. É importante ressaltar que o arranjo populacional e o núcleo do mesmo — neste caso, Chapecó — são representados como uma área total, sem que haja a divisão municipal dos

mesmos. Deste modo, o IBGE neste estudo não diferencia as cidades do arranjo, o que não acaba permitindo uma comparação entre os mesmos.

Da mesma forma, o mapa 2 apresenta a rede urbana de Maringá/PR, porém, neste realizamos uma sobreposição para que fosse visível os limites municipais do arranjo populacional. Ao olharmos para a região intermediária de Maringá/PR, percebemos as ligações principais com as demais cidades da rede urbana, sendo estas: Paranavaí/PR, Loanda/PR, Umuarama/PR, Cianorte/PR e Campo Mourão/PR.

No entanto, as principais ligações são com a região imediata, o que é explicado pelo IBGE pelo fluxo constante em busca de bens e serviços de baixa, média e alta complexidade. No entanto, como veremos a seguir, a proximidade das cidades de Sarandi/PR, Paiçandu/PR e Marialva/PR não explicam por si só seu maior índice de integração com a cidade.

Mapa 2. Vínculos da rede urbana de Maringá/PR

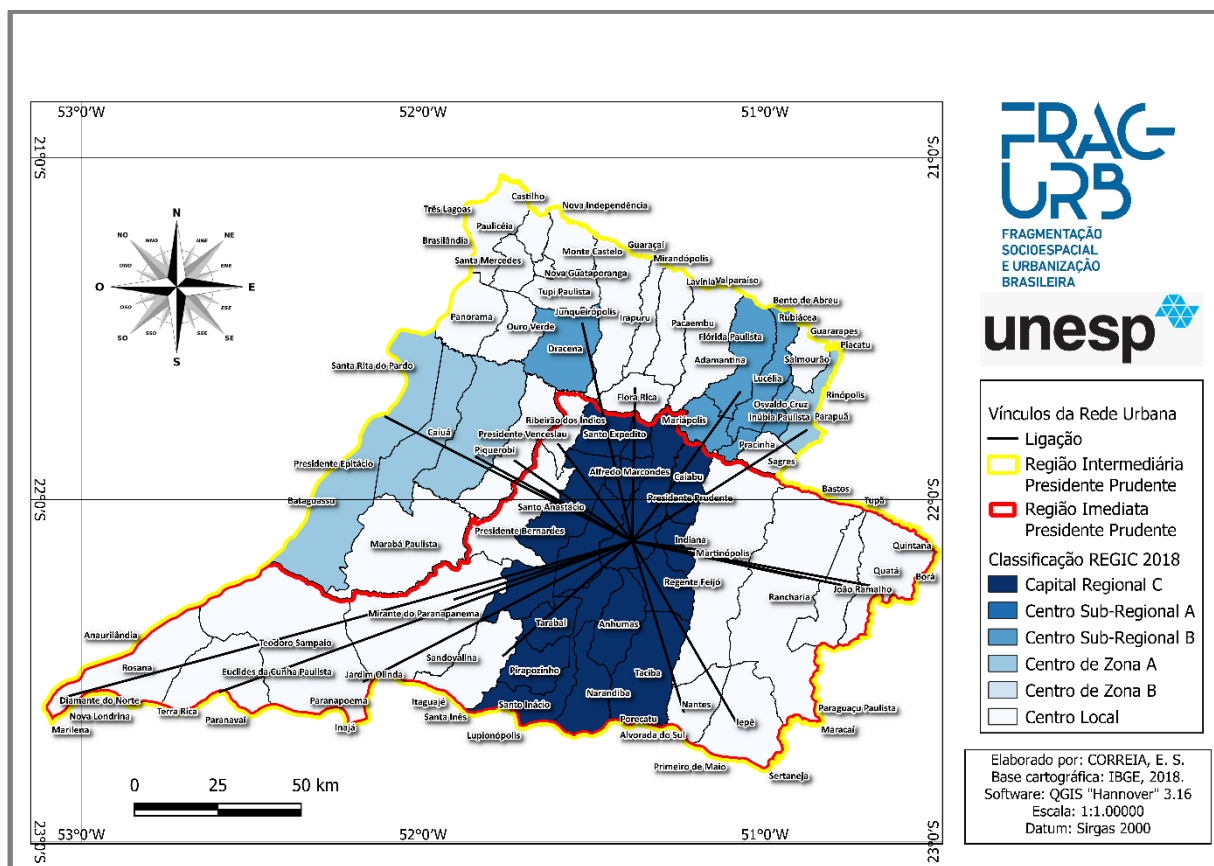


Fonte: Região de Influência das Cidades (REGIC), 2018.

No mapa 3 mostramos a região de influência do arranjo populacional de Presidente Prudente/SP, sendo o que possui o maior número de municípios integrados em seu arranjo. Deste modo, a concentração populacional e o deslocamento diário aparentam possuir um fluxo maior se comparado aos demais núcleos de arranjo populacional aqui estudados.

Outro destaque neste mapa é a incorporação de Pirapozinho/SP dentro do arranjo populacional, pois até a publicação de 2016 dos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas, a cidade não foi levada em consideração, sendo que, seu índice de integração, ao pesquisarmos na plataforma IBGE CIDADES, constata-se alta.

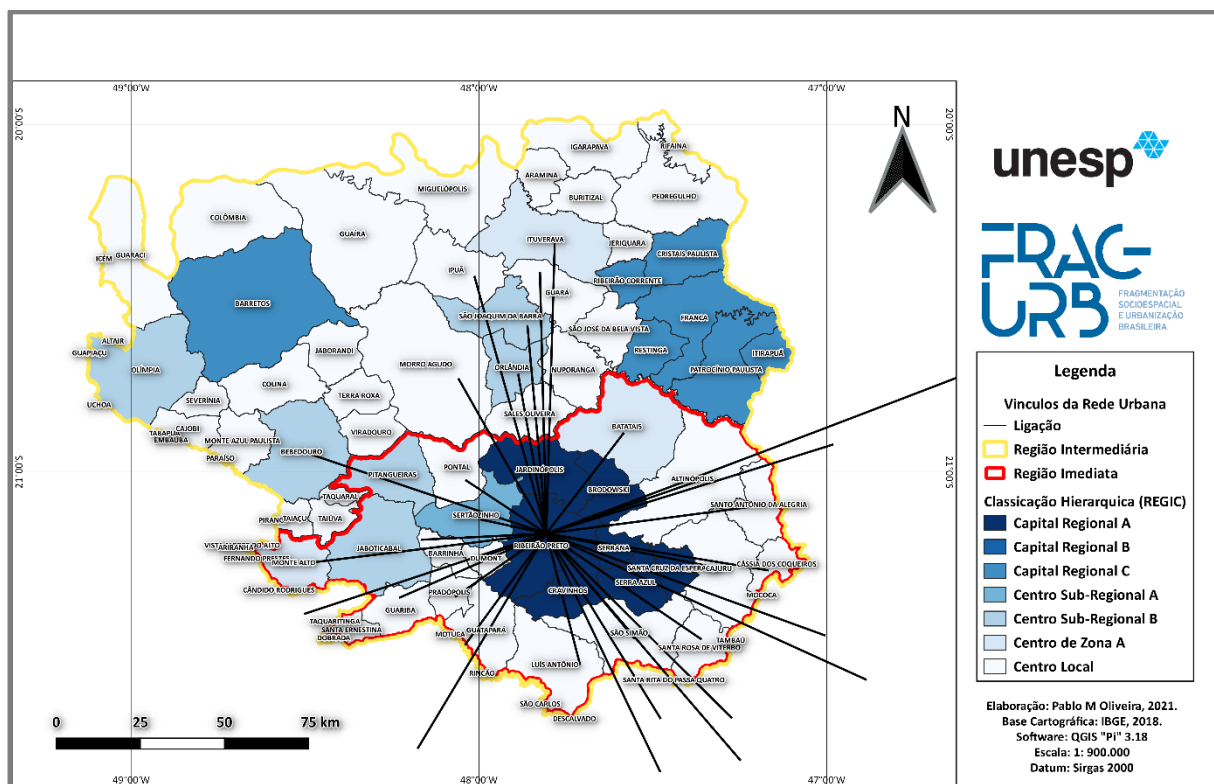
Mapa 3. Vínculos da rede urbana de Presidente Prudente/SP



Fonte: Região de Influência das Cidades (REGIC), 2018.

Por fim, no mapa 4 é apresentada a rede urbana de Ribeirão Preto/SP, sendo a única capital regional A do presente estudo. Deste modo, ressalta-se a importância que a cidade possui na gestão territorial, além de seu alcance espacial máximo que extrapola os limites estaduais. Deste modo, ao olharmos para esta rede urbana, é importante atentarmos não somente para os fluxos diários, mas também para o papel que Ribeirão Preto/SP possui em relação à divisão social e territorial do trabalho.

Mapa 4. Vínculos da rede urbana de Ribeirão Preto/SP



Fonte: Região de Influência das Cidades (REGIC), 2018.

Embora a REGIC concentre os estudos do IBGE relacionados à interação espacial das cidades, a mesma não é suficiente para apontar todas as anuências e complexidades existentes e que estão presentes nos arranjos populacionais das cidades médias. Assim, nos próximos subcapítulos iremos abordar outros aspectos que precisam ser levados em consideração ao estudar as diferenciações socioespaciais.

2.2 O DESENHO DO ARRANJO POPULACIONAL DAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS

Ao olharmos para o tecido urbano das cidades médias e pequenas, buscamos compreender não somente as relações sociais existentes a partir das interações espaciais, mas também as marcas que a diferenciação socioespacial cria a partir da produção social do espaço. Optamos inicialmente pela produção de mapas que revelassem essas marcas a partir de continuidades e descontinuidades do tecido urbano-regional.

Para tal, foram realizadas buscas em acervos e repositórios de imagens de satélites, como no site *Earth Explorer*, que disponibiliza imagens orbitais retiradas esporadicamente.

Assim, escolheu-se imagens de satélites mais recentes, do período de janeiro a dezembro de 2021, dos satélites Landsat 8 (OLI) e 9 nas bandas 4, 5, 6 e 7.

O software utilizado para o tratamento destas imagens foi o QGIS — sendo de código-fonte aberto — na versão 3.22 BIAŁOWIEŻA, com o sistema de referência Universal Transversa de Mercator (UTM) e o de coordenadas, SIRGAS 2000. Foi utilizado, ainda, o plugin Semi Automatic Classification (SCP), que realiza uma classificação supervisionada através de um algoritmo de máxima verossimilhança (MAXVER).

Segundo Crosta (1992), pode-se utilizar da classificação supervalorizada para processos de extração de informações em imagens, realizada a partir do reconhecimento de objetos homogêneos que são condizentes com a área da superfície terrestre. Deste modo, ao empregar-se do termo “supervisão”, está-se referindo à necessidade do fator humano, no caso um analista, que irá interpretar visualmente as amostras de classe de seu interesse.

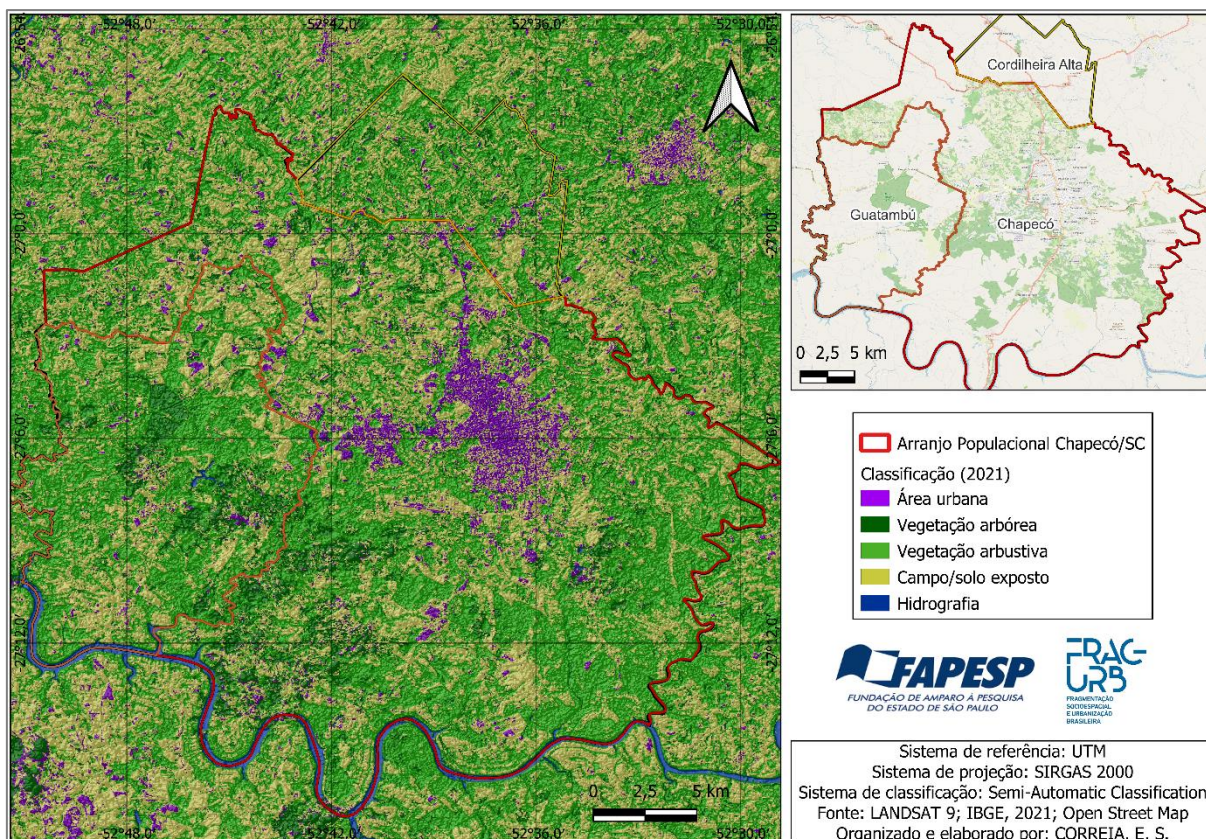
Dentro do universo da classificação, existem vários algoritmos utilizados para tal, sendo o MAXVER um dos mais utilizados para a classificação supervisionada. Este utiliza a forma “pixel a pixel”, que usa da forma individual as informações espectrais previamente selecionadas em busca de regiões homogêneas, realizando uma ponderação das distâncias entre as médias dos níveis de cinza das classes.

Foram consideradas cinco classes para a classificação da mancha urbana dos arranjos populacionais das cidades médias, sendo essas: área urbana, vegetação arbórea, vegetação arbustiva, campo/solo exposto e hidrografia — em casos específicos, como de Maringá/PR, foi utilizada, ainda, uma sexta classe, a plantação agrícola —. Por fim, foi realizada uma análise final para conferir a veracidade da classificação e corrigir possíveis erros através da retificação manual por fotointerpretação no *software* Google Earth.

O mapa 5 apresenta a mancha urbana do arranjo populacional de Chapecó/SC, que é composto pelos municípios de Cordilheira Alta/SC e Guatambú/SC, sendo o menor em número de municípios do presente estudo. Ao analisarmos, vemos que a mancha urbana destaca principalmente o núcleo principal de Chapecó, no entanto, Cordilheira Alta possui uma conexão considerável a partir da rodovia BR que interliga as duas cidades.

Portanto, perceberemos um maior índice de integração entre estes dois núcleos urbanos, além de possuírem conexões com as demais cidades do entorno pelo fato da rodovia interligá-los. Assim, Guatambú acaba por ser isolada espacialmente do arranjo pelo fato da rodovia não a conectar e, sobretudo, pela existência de áreas de preservação ambiental permanentes entre o núcleo urbano desta e de Chapecó.

Mapa 5. Mancha urbana do Arranjo Populacional de Chapecó/SC



Fonte: LANDSAT 9; IBGE, 2021; Open Street Map.

O mapa 6 apresenta a mancha urbana do arranjo populacional de Maringá/PR, possuindo um recorte escalar com o intuito de revelar uma possível contiguidade espacial desta mancha. Além disso, é notório a existência de vazios urbanos nestes núcleos, pois, como é mostrado na legenda, a quantidade de campo/solo exposto próximo e/ou juntamente a malha urbana das cidades, é alta.

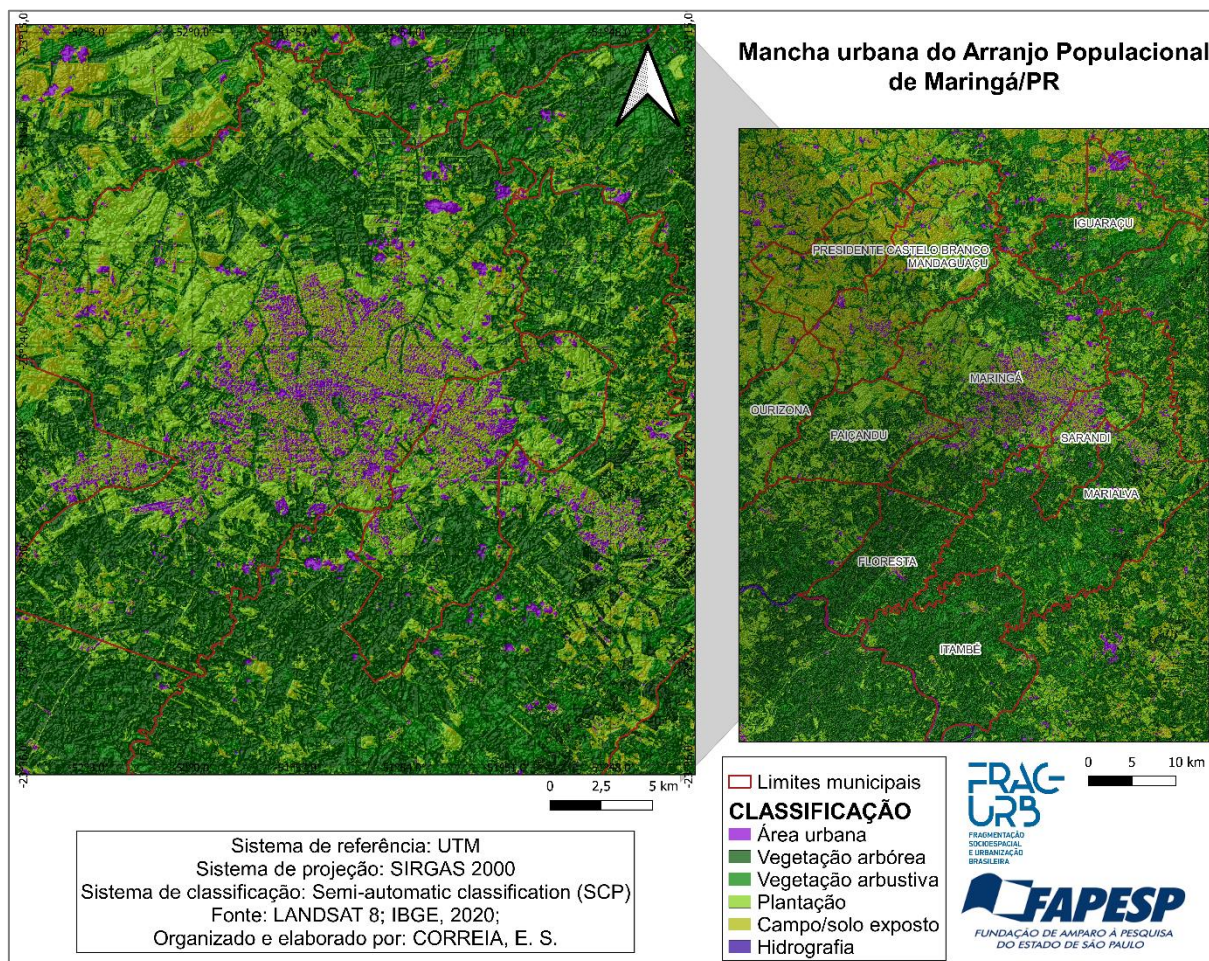
Desta maneira, pode-se perceber as características sociais a partir destas representações, pois como já apresentado por outros autores, Maringá/PR possui um histórico de segregação e auto segregação socioespacial¹ e que está presente em seu desenho urbano. Assim, a diferenciação socioespacial não se limita no recorte municipal, mas se expande também para os demais municípios do arranjo.

Por fim, salientamos a contiguidade da mancha urbana entre as cidades de Maringá/PR, Sarandi/PR, Paçandu/PR e Marialva/PR, que são interligadas pela rodovia BR-376, e em alguns casos, como em Sarandi, a conexões até mesmo de bairros mais longínquos do centro, mostrando de fato uma conurbação entre as malhas urbanas da cidade média e

¹ É possível realizar a análise deste histórico a partir da tese “A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá” publicado em 2004 pela autora Ana Lúcia Rodrigues.

pequena, o que endossa nossa hipótese sobre a diferenciação socioespacial a partir das interações socioespaciais.

Mapa 6. Mancha urbana do Arranjo Populacional de Maringá/PR



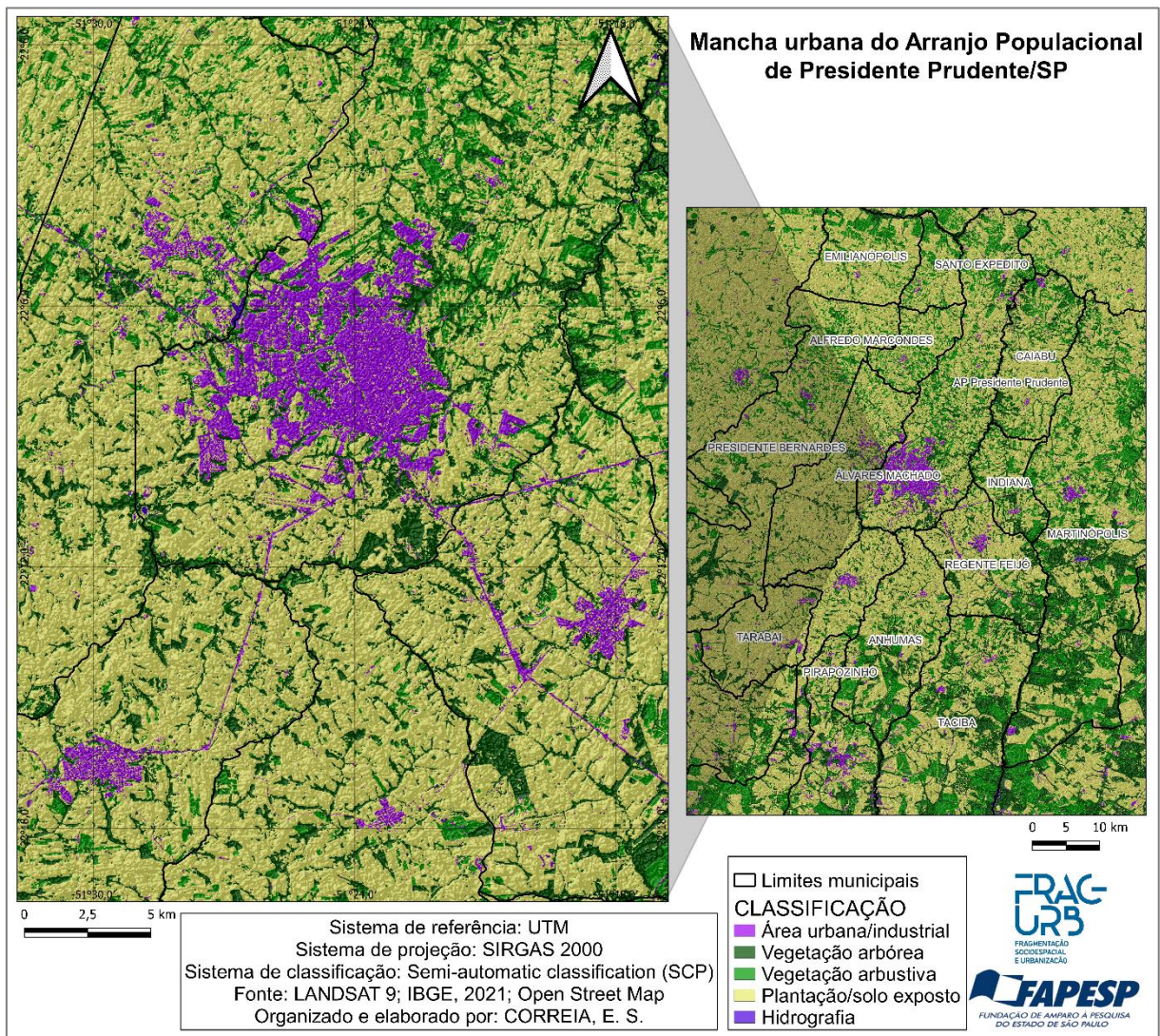
Fonte: LANDSAT 8; IBGE, 2020.

O mapa 7 apresenta a mancha urbana do arranjo populacional de Presidente Prudente. É notório, em primeiro momento, a contiguidade da mancha urbana entre a cidade média e Álvares Machado/SP, sendo que a lógica atual de estruturação das cidades, com bairros afastados dos centros, permite que seja possível prever que o eixo de integração da cidade pequena, pode ser maior até que outros bairros que pertence a cidade média, mas que estejam mais afastados e/ou não possuíam uma via de ligação com o centro.

Outro ponto importante é a ligação das cidades de Regente Feijó/SP e Anhumas/SP através da rodovia Raposo Tavares, permitindo o acesso destes núcleos urbanos com maior facilidade a cidade média. Outrora, outras rodovias, como a SP-425, dão acesso diretamente ao centro de Presidente Prudente, sendo este o caso de Pirapozinho/SP.

Sobretudo, mesmo que estas cidades pequenas possuam fácil acesso a cidade média, é necessário averiguar o índice de deslocamento para que de fato veja se Presidente Prudente concentra trabalhadores e estudantes destas cidades pequenas cotidianamente. Além disso, é importante ter o olhar sob as demais cidades pequenas do arranjo populacional, pois mesmo que estas não possuam contiguidade em suas manchas urbanas, podem ter o índice de integração elevado por outros fatores que não seja este.

Mapa 7. Mancha urbana do Arranjo Populacional de Presidente Prudente/SP

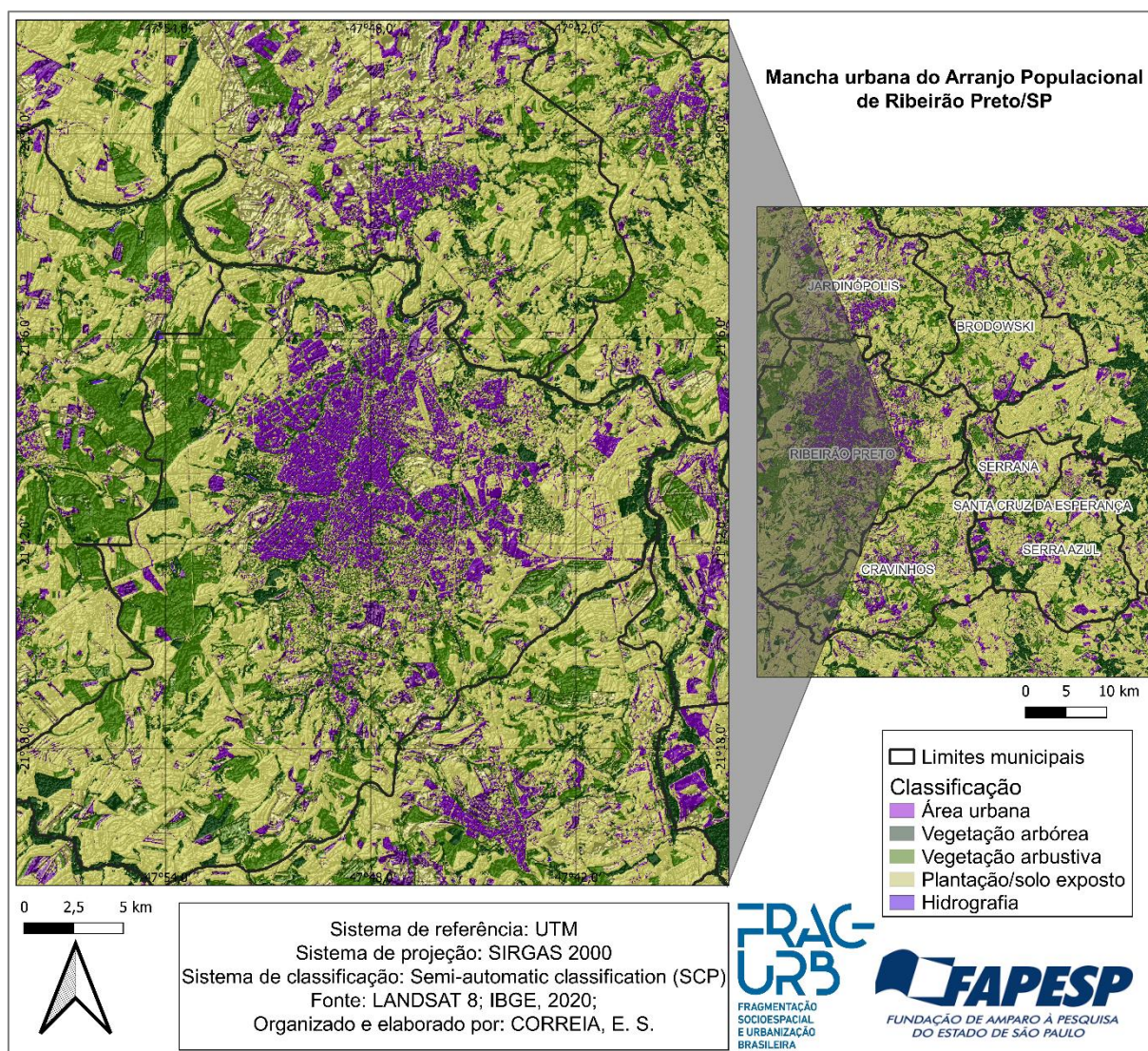


Fonte: LANDSAT 9; IBGE, 2021; Open Street Map

Por fim, o mapa 8 destaca a mancha urbana do arranjo populacional de Ribeirão Preto/SP. Diferentemente das demais cidades médias, a uma proximidade entre 3 cidades pequenas, sendo estas: Jardinópolis/SP, Serrana/SP e Cravinhos/SP. Assim, os núcleos urbanos destas podem possuir iguais interações socioespaciais, até pelo fato de as cidades pequenas possuírem quase o mesmo número de habitantes.

No entanto, um aspecto que se destaca é a presença da rodovia BR-050 que perpassa o núcleo urbano de Cravinhos e Ribeirão Preto e chega até o núcleo de Jardinópolis, mas como SP-328. Deste modo, é possível traçar uma conexão das principais vias com a ligação da mancha urbana das cidades, mesmo que seja de primeiro momento para representar espacialmente as diferenciações socioespaciais entre as cidades médias.

Mapa 8. Mancha urbana do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP



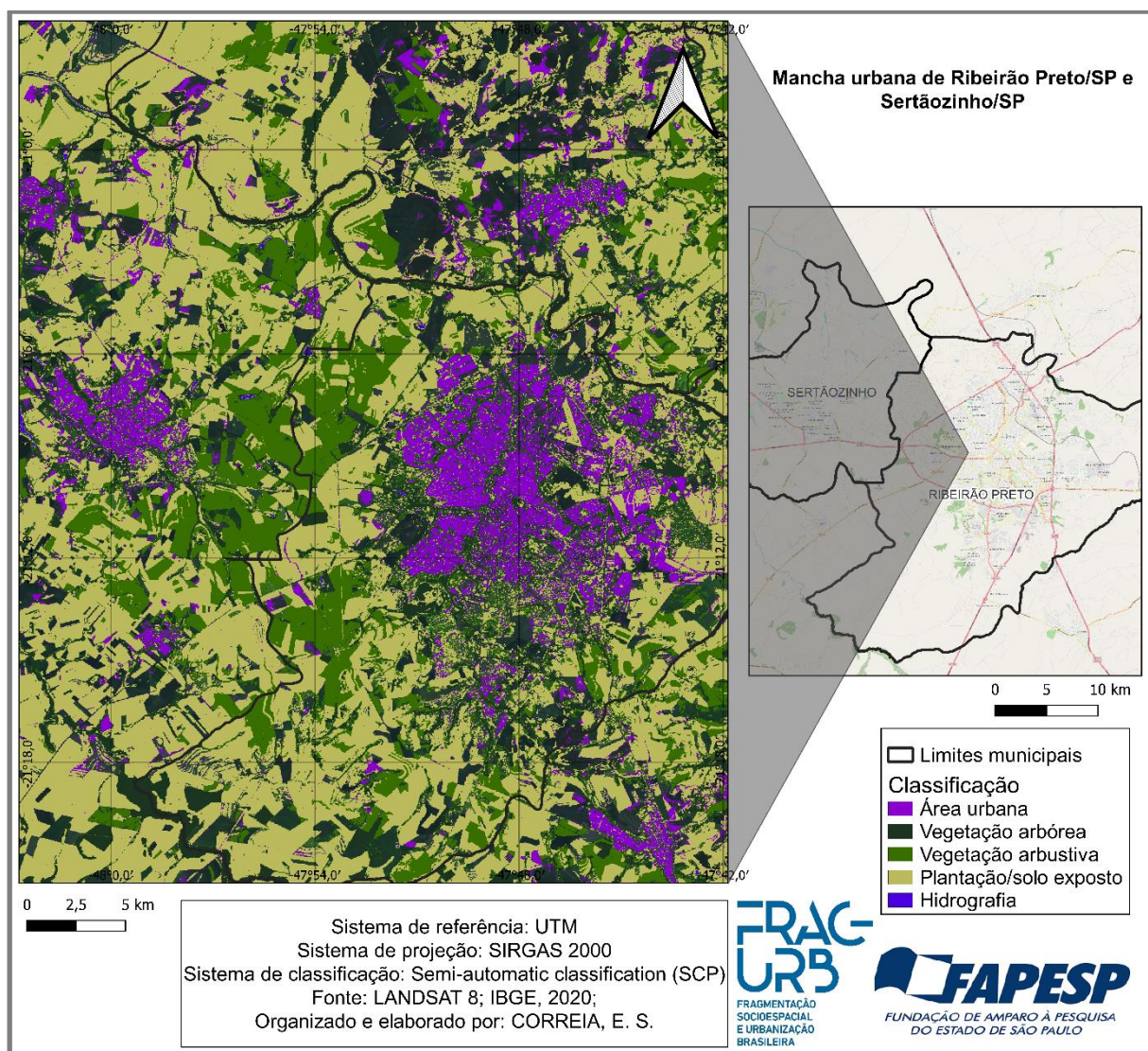
Fonte: LANDSAT 8; IBGE, 2020; Open Street Map.

O outrora, viu-se a importância em destacar a não presença do município de Sertãozinho/SP integrando o arranjo populacional de Ribeirão Preto. Como é possível visualizar no mapa 9, os municípios possuem proximidade em sua mancha urbana, podendo deduzir uma integração entre a cidade média e pequena.

Além disso, estudos anteriores já apontaram interações espaciais entre estes dois núcleos urbanos, o que permite questionar o motivo do IBGE não considerar Sertãozinho/SP

como parte do arranjo populacional de Ribeirão Preto/SP. Por fim, salientamos a presença da rodovia BR-265 interligando os núcleos destas duas cidades, o que endossa a leitura inicial de uma possível conexão entre estas.

Mapa 9. Mancha urbana de Ribeirão Preto/SP e Sertãozinho/SP



Fonte: LANDSAT 8; IBGE, 2020; Open Street Map.

No subcapítulo seguinte, buscamos aprofundar a análise das conexões socioespaciais entre as cidades médias e pequenas, utilizando como base o estudo propriamente dos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas de 2016, juntamente aos dados mais recentes do IBGE.

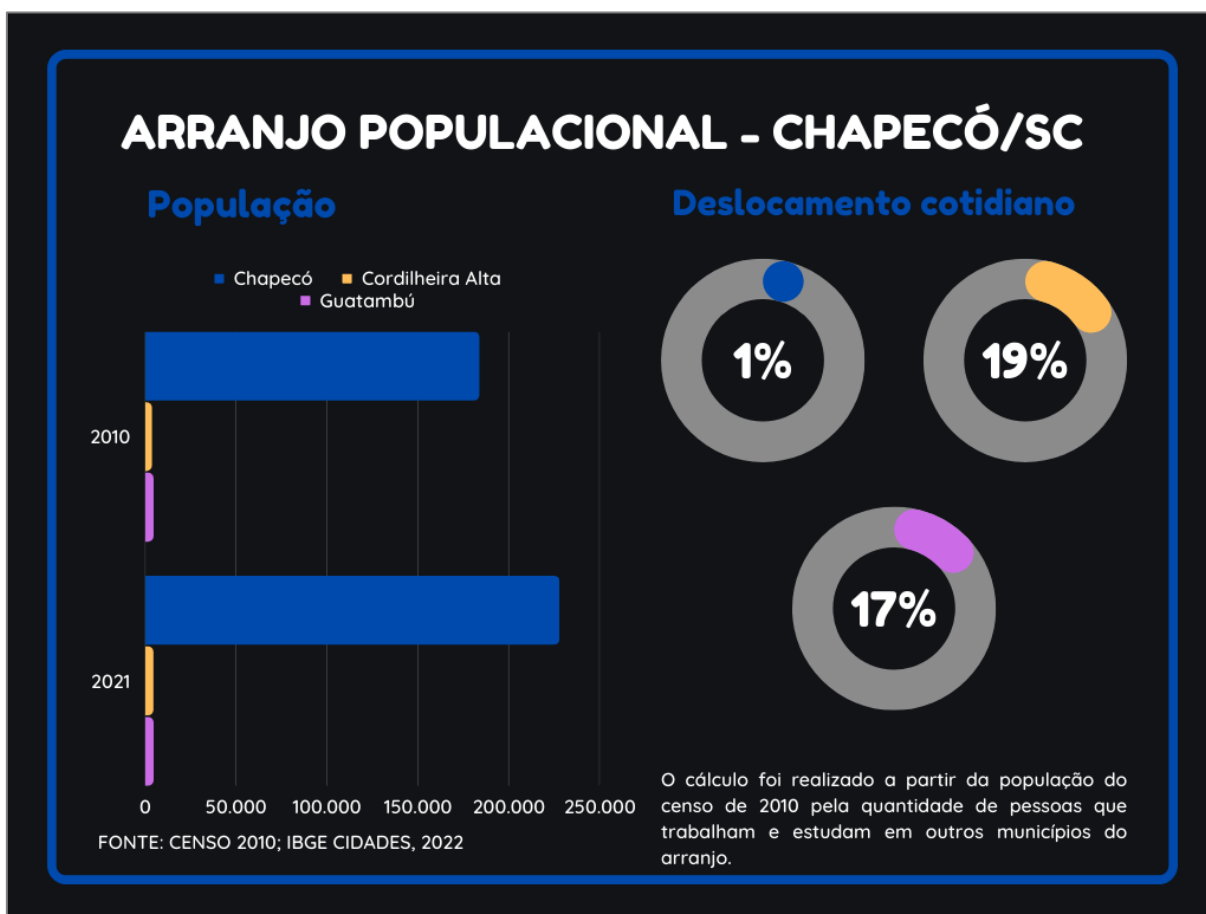
2.3 O ARRANJO POPULACIONAL DAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DO ESTUDO

Ao olharmos para a rede urbana, vemos que os deslocamentos diários para estudo e trabalho criam boa parte das conexões entre os pontos fixos no espaço. É pensando nisso que

vimos a importância de ater-se a esses processos que estruturam a vida social da população das cidades médias e, principalmente, pequenas. Recorremos ao estudo “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas” publicado em 2016, mas que é baseado em questionários aplicados pelo último Censo Demográfico, publicado em 2010. Assim, é importante salientar que estes dados podem estar longe da realidade atual, mas são uma forma de confrontar os demais estudos e realizar uma comparação entre os mesmos.

A figura 2 apresenta o deslocamento diário de cidadãos para estudo e trabalho do arranjo populacional de Chapecó/SC. Além disso, vimos a necessidade de comparar o tamanho populacional entre as cidades do arranjo, vendo também a projeção que o IBGE faz do crescimento populacional para 2021, para que busquemos perceber possíveis mudanças nesta última década.

Figura 2. Deslocamento diário e demografia do Arranjo Populacional de Chapecó/SC

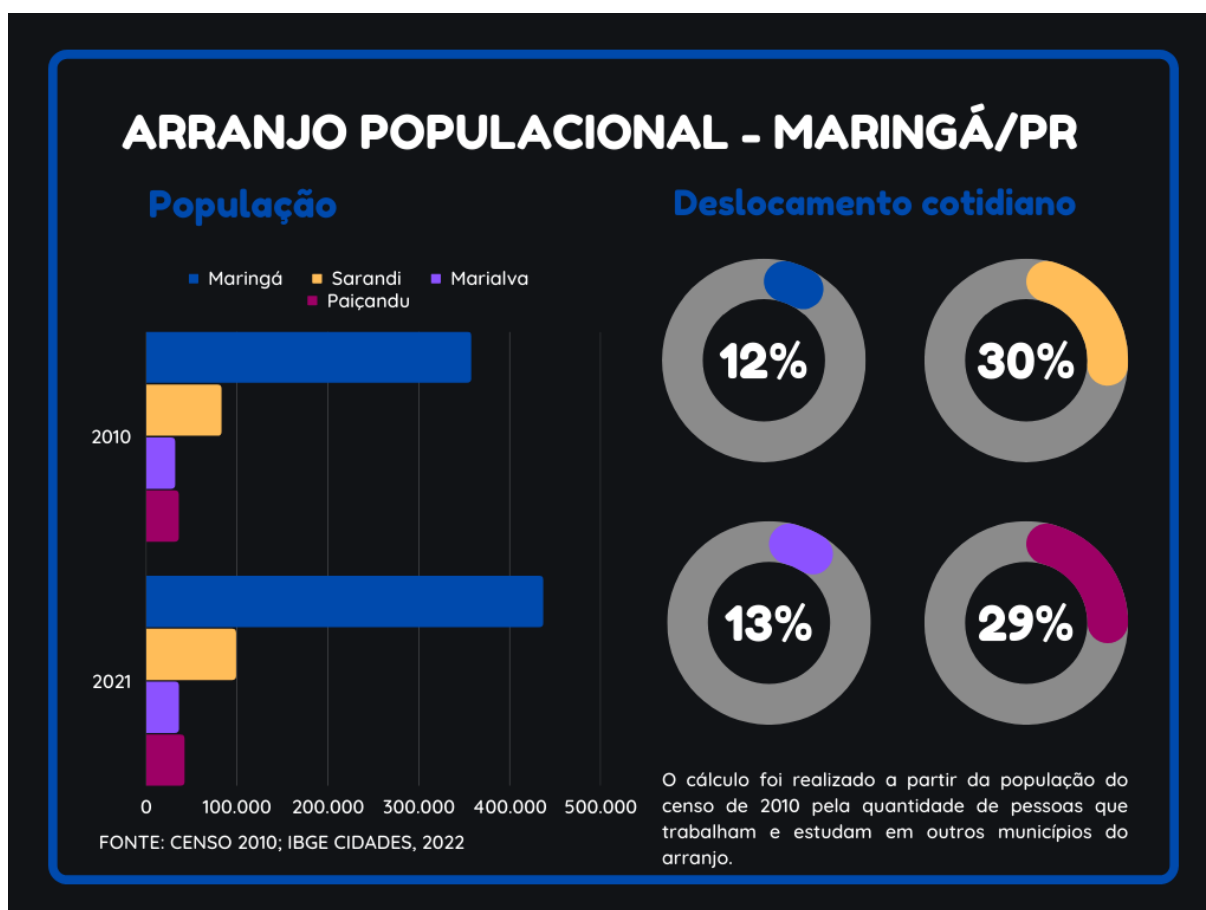


Fonte: CENSO, 2010; IBGE CIDADES, 2022

É notório que Chapecó/SC se destaca populacionalmente em relação aos demais municípios, no entanto, ao olharmos para o deslocamento diário, Cordilheira Alta é a que possui o maior índice, endossando nossa hipótese sobre a ligação desta com a cidade média através da BR que corta ambos os municípios.

A figura 3, diferentemente da figura 2, não apresenta todas as cidades do arranjo populacional da cidade média. Isso se deve pelo fato de optarmos pelo recorte de uma possível aglomeração urbana, podendo focar em aspectos ditos únicos desse arranjo. Assim a figura compara a população de Maringá/PR, Sarandi/PR, Marialva/PR e Paiçandu/PR juntamente com o deslocamento diário dos cidadãos para as demais cidades do arranjo.

Figura 3. Deslocamento diário da Aglomeração Urbana de Maringá/PR



Fonte: CENSO, 2010; IBGE CIDADES, 2022.

Inicialmente, é importante destacar que, embora Maringá/PR possua uma população superior aos demais municípios, estes possuem uma demografia demasiadamente maior que as outras cidades da pesquisa, como é o caso de Sarandi/PR, que possui quase 100.000 habitantes segundo os dados do IBGE CIDADES de 2021.

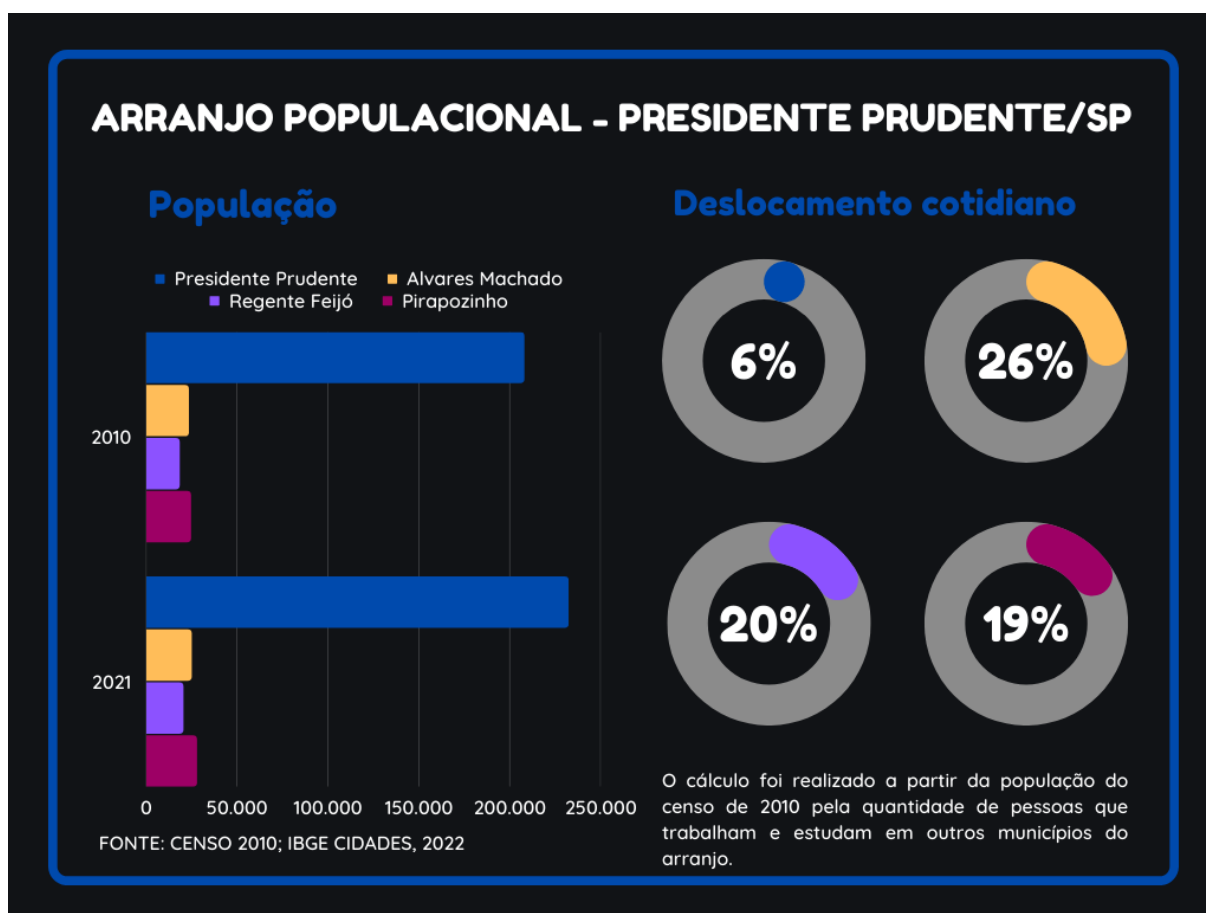
Outra importância a se destacar de Sarandi/PR é em relação ao seu deslocamento diário, que é sendo o maior da aglomeração urbana, chegando a 30% de sua população total de 2010. Do mesmo modo, Paiçandu/PR não fica longe, com 29% de sua população que se desloca para trabalho e estudo entre as cidades do arranjo.

A figura 4 também possui um recorte que foi realizado a partir das análises feitas a partir da mancha urbana dos mapas anteriores. Assim, definiu-se os municípios de Álvares

Machado, Regente Feijó e Pirapozinho como recorte principal a ser analisado pelo deslocamento diário para estudo e/ou trabalho.

É importante observar a proximidade populacional entre estas três cidades pequenas, que permaneceram praticamente iguais entre 2010 e 2021. Além disso, a disparidade do deslocamento diário não é grande, sendo Álvares Machado com o maior deslocamento, seguido de Regente Feijó e Pirapozinho com respectivamente 20% e 19%.

Figura 4. Descolamento diário do recorte inicial do Arranjo Populacional de Presidente Prudente/SP



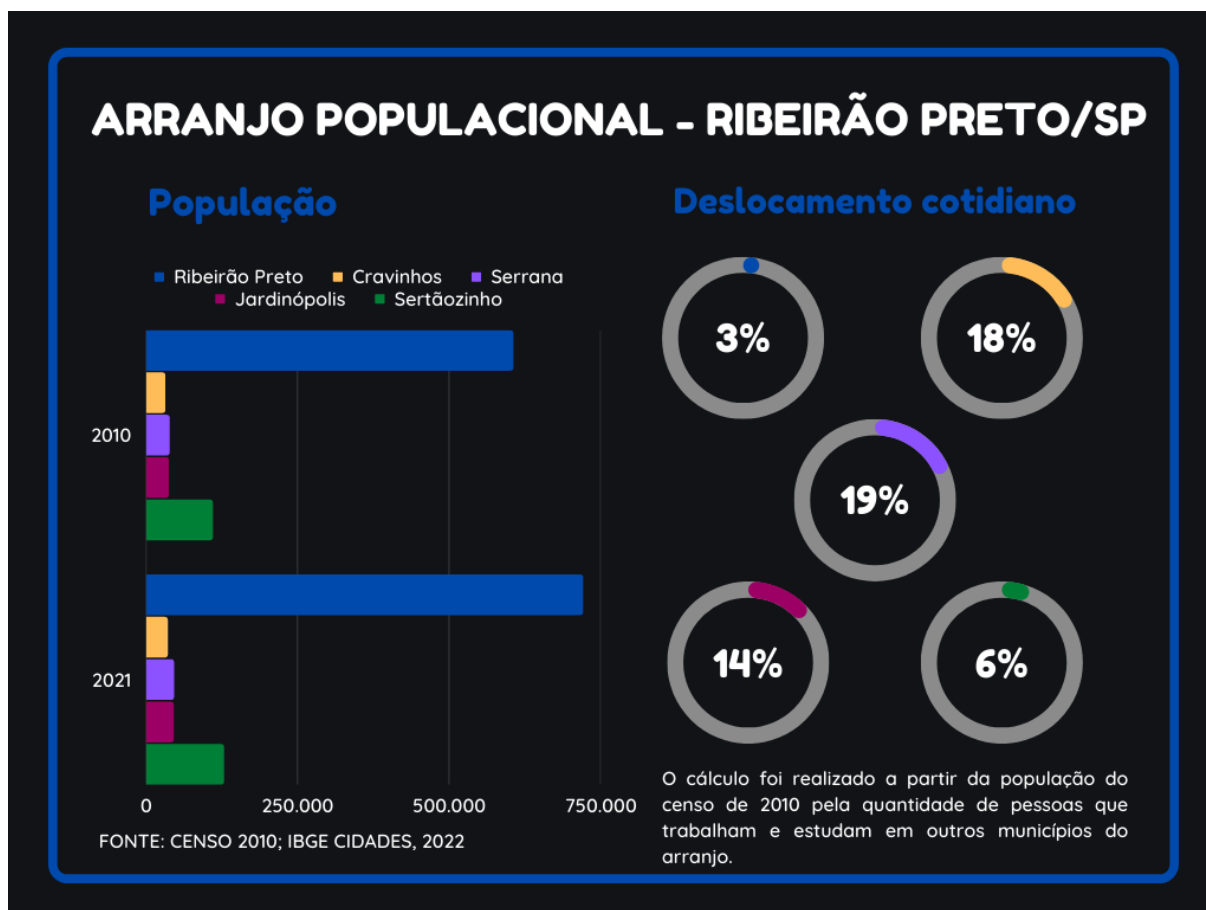
Fonte: CENSO, 2010; IBGE CIDADES, 2022

Por fim, a figura 5 apresenta o deslocamento diário das cidades em destaque nos mapas 8 e 9 do arranjo populacional de Ribeirão Preto/SP, sendo estas: Cravinhos/SP, Serrana/SP, Jardinópolis/SP e Sertãozinho/SP. Em relação ao contingente populacional destes municípios, Sertãozinho acaba se destacando das demais cidades pequenas, no entanto, apenas Ribeirão Preto teve um crescimento populacional considerável se levarmos em consideração a projeção realizada pelo IBGE para 2021.

Ao voltarmos a atenção para o deslocamento diário destas cidades, vemos que a que mais se destaca é Serrana, com 19%, seguido de Cravinhos, 18%; Jardinópolis, com 14%;

Sertãozinho, com 6% e Ribeirão Preto, com 3%. É importante ressaltar que, embora Sertãozinho possua o maior contingente populacional das cidades pequenas, o deslocamento para trabalho e estudo é sendo o menor destas.

Figura 5. Deslocamento diário do recorte inicial do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP



FONTE: CENSO, 2010; IBGE CIDADES, 2022

Por fim, tomou-se como caminho para a pesquisa, o mapeamento de dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através do estudo “Divisão Urbano-Regional do Brasil” de 2021. Vale salientar a importância destes dados pelo caráter analítico espacial, principalmente por considerar os estudos anteriores ao mesmo, como: Arranjos Populacionais e Aglomerações Urbanas (2016); Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (2017) e, principalmente; Regiões de Influência das Cidades (2020).

2.4 AS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS A PARTIR DA DIVISÃO URBANO-REGIONAL DO BRASIL

A partir da publicação do estudo Divisão Urbano-Regional do Brasil (IBGE, 2021), tornou-se ainda mais perceptível a complexificação das relações interescares entre as cidades médias e pequenas. Vemos que o peso que núcleos urbanos de menor hierarquia estão passando a ter a partir de conexões em diversos eixos do sistema urbano brasileiro tem reestruturado redes urbanas em diversas regiões antes homogeneizadas pelas cidades médias e metrópoles.

Deste modo, tomou-se como caminho metodológico, a análise dos dados disponibilizados pela publicação, realizando esforços no sentido de apreender as novas lógicas espacialmente impostas, a partir de representações visuais que permitem olhar para mais de uma escala da rede urbana das cidades médias do estudo.

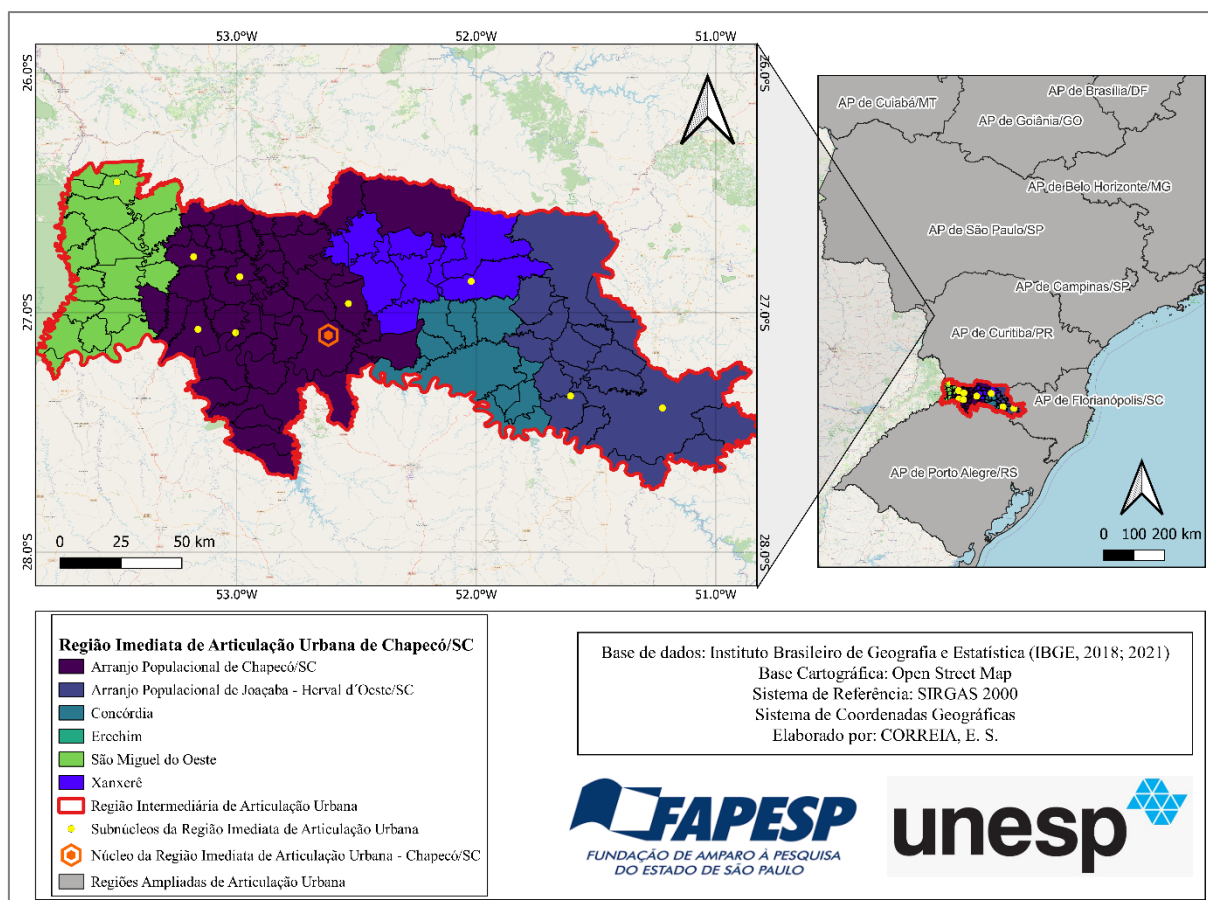
Para a realização dos procedimentos operacionais dispostos na elaboração do mapa, utilizou-se das mesmas ferramentas presentes nos mapas 1 a 4. Deste modo, realizou-se um recorte espacial a partir das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana das cidades médias de Chapecó/SC, Maringá/PR, Presidente Prudente/SP e Ribeirão Preto/SP, englobando as Regiões Imediatas de Articulação Urbana destas e de demais cidades do estudo.

Como apresenta o mapa 10, a Região de Articulação Urbana de Chapecó/SC abrange em sua Região Intermediária o mesmo recorte de municípios presentes na Região Geográfica Intermediária (IBGE, 2017) (comparar com o mapa 1). Contudo, sua Região Imediata de Articulação Urbana acabou por integrar outros municípios se comparado a Região Geográfica Imediata (IBGE, 2017), sendo que, demais núcleos urbanos passam a ser considerados como centrais na oferta e demanda por bens e serviços, como é o caso do arranjo populacional de Joaçaba – Herval d'Oeste/SC.

Para mais, vemos que a lógica interescares está presente, também, em subnúcleos da Região Intermediária e Imediata de Articulação Urbana de Chapecó/SC. Como anteriormente apontado, o estudo classificou estes subnúcleos a partir das entrevistas realizadas pela Regic – 2018 ou que tivessem ao menos nível 3 na gestão de território.

Esse aspecto é importante para explicar a lógica heterárquica que vem impondo-se no território através de interações interescares, pois, núcleos como estes passam a ter o papel de interligar demais municípios ou regiões aos núcleos centrais, como é o caso do arranjo populacional de Chapecó/SC. Além disso, temos que considerar aspectos tidos como singulares no território, como as rodovias BR que interligam boa parte das cidades da Região Intermediária e Imediata de Articulação Urbana de Chapecó/SC, particularidade essa que vem aparecendo nos demais mapas da pesquisa.

Mapa 10. Regiões de Articulação Urbana de Chapecó/SC



Fonte: IBGE, 2018; 2021

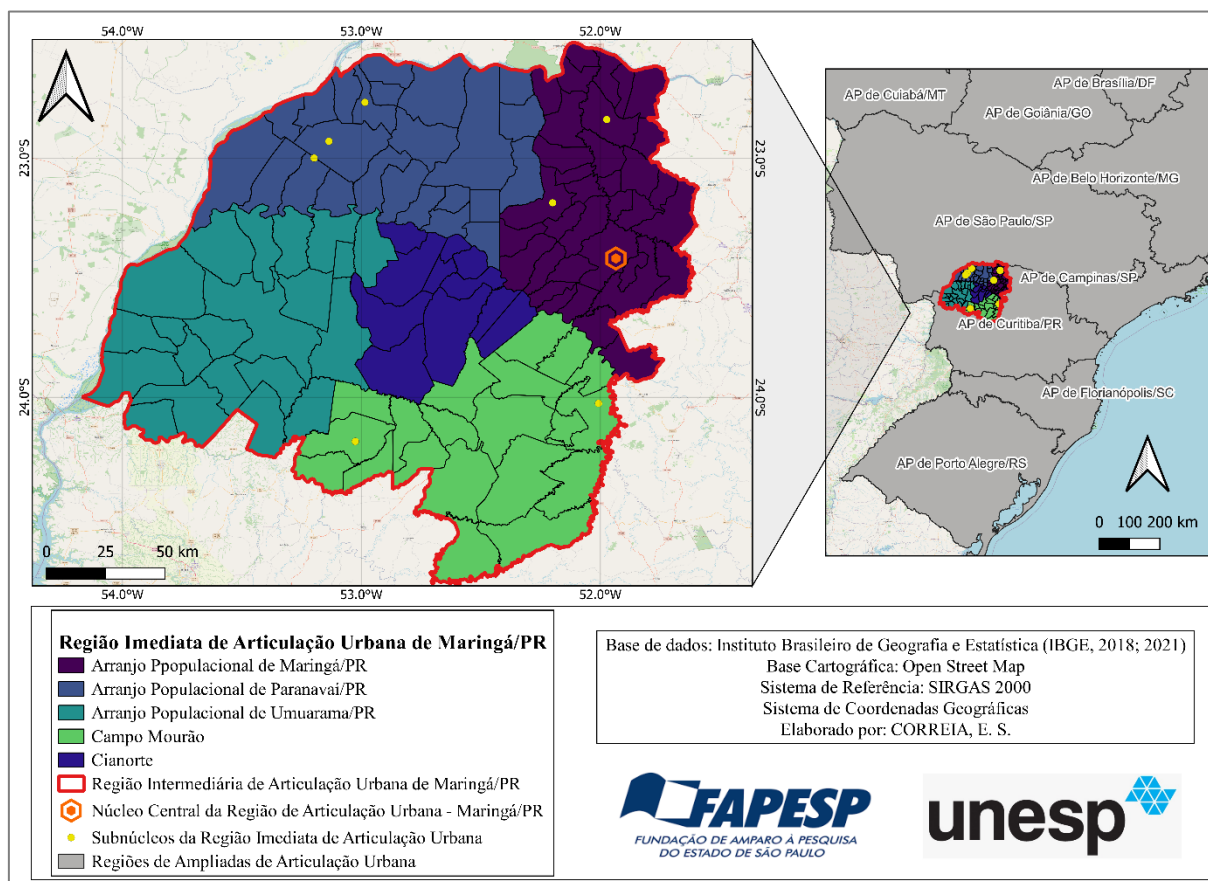
Ao olharmos para o mapa 11 que apresenta a Região Intermediária de Articulação Urbana, percebemos que demais arranjos populacionais possuem centralidade acerca de suas respectivas Regiões Imediatas de Articulação Urbana. Deste modo, o nível de integração entre estes e o núcleo central (arranjo populacional de Maringá/PR) precisar ser amplo, no sentido de atender demandas básicas aos municípios, mas permitir mobilidade entre as Regiões Imediatas de Articulação Urbana.

No caso da Região Imediata de Articulação Urbana de Maringá/PR, percebe-se que sua extensão segue, principalmente, para o norte, sendo um aspecto considerado importante em demais estudos ligados às cidades pequenas e a formação socioespacial da região (ENDLICH, 2006). Assim, vemos que a extensão territorial dos municípios pode implicar também nas conexões que são estabelecidas entre as cidades da região norte/noroeste do estado do Paraná.

Contudo, ao comparar aos demais mapas, torna-se baixo o número de subnúcleos presentes na Região Imediata de Articulação de Maringá/PR, tornando as demandas básicas ainda mais centralizadas no núcleo central. Essa lógica permite a construção da argumentação de uma rede urbana que permite a distribuição de gestão de território a outros núcleos, no

entanto, centralizando o alcance espacial em serviços e bens mais complexos ao arranjo populacional.

Mapa 11. Regiões de Articulação Urbana de Maringá/PR



Fonte: IBGE, 2018; 2021

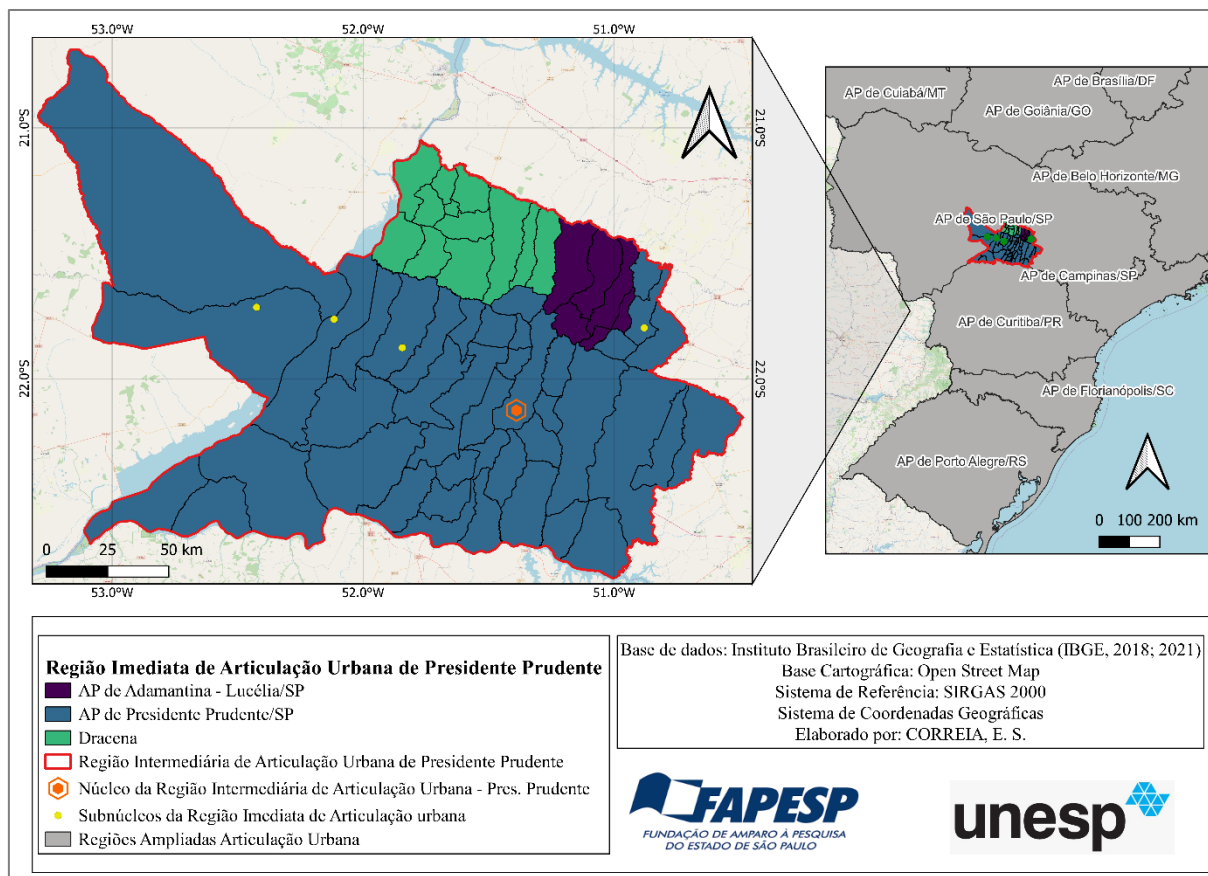
O desenho da rede urbana do Arranjo Populacional de Presidente Prudente/SP presente no mapa 12, possui uma grande diferença em comparação ao apresentado pelo estudo Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (IBGE, 2017). A principal diferença está no alcance espacial máximo da Região Imediata de Articulação Urbana, que acaba se estendendo para além dos limites estaduais, chegando ao estado do Mato Grosso do Sul.

Deste modo, é perceptível que há uma lógica centralizadora, tanto em relação ao alcance espacial mínimo como máximo, tornando o Arranjo Populacional extremamente importante na oferta de bens e serviços mais complexos para uma rede maior de cidades pequenas.

Sobretudo, vemos que a presença de subnúcleos em pontos mais longínquos do arranjo populacional torna a rede urbana mais dinâmica em sua integração intermunicipal. Assim, estes subnúcleos podem estar possuindo um papel de serem uma ponte entre as cidades pequenas próximas a estes e a cidade média.

Por fim, dentre todas as redes urbanas das cidades médias do estudo, esta é a que menos possui outras Regiões Imediatas de Articulação Urbana que não seja a própria do núcleo central. Para tanto, vemos que ambas são arranjos populacionais, sendo centrais na oferta de serviços e bens mais gerais para com os municípios de seu entorno.

Mapa 12. Regiões de Articulação Urbana de Presidente Prudente/SP



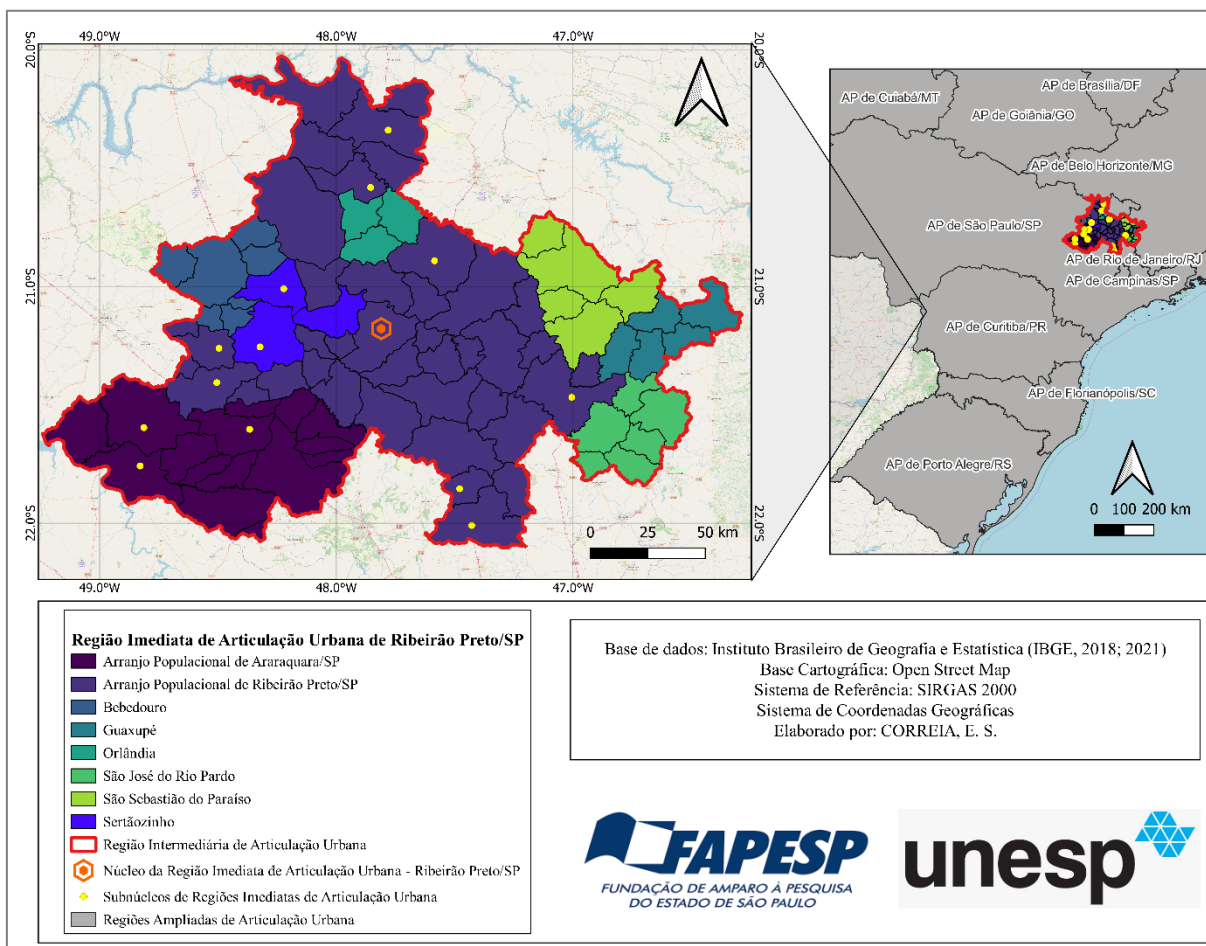
Fonte: IBGE, 2018; 2021

Dentre todas as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana presentes nesta análise, a representada no mapa 13 é a que mais se destaca devido, principalmente, a quantidade de Regiões Imediatas de Articulação Urbana. Deste modo, esta rede urbana mostra-se a mais complexa em relação ao nível de articulação entre as regiões, tornando as dinâmicas ainda mais interescolares entre estas e o núcleo principal da rede.

Assim como vem aparecendo em outras Regiões de Articulação Urbana, vemos uma severa mudança no desenho da rede urbana e no alcance espacial mínimo e máximo do núcleo central. A Região Imediata de Articulação Urbana do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP é expandida nesse novo estudo, revelando uma dinâmica da rede quase que única ao olhar do sistema urbano brasileiro como um todo.

Para tanto, vemos que Regiões Imediatas, como Sertãozinho, estão mais próximas do arranjo populacional, sendo um aspecto interessante se olharmos para os mapas 8 e 9 e percebemos certa proximidade entre as manchas urbanas desta cidade com Ribeirão Preto/SP.

Mapa 13. Regiões de Articulação Urbana de Ribeirão Preto/SP



Fonte: IBGE, 2018; 2021

É certo que outros aspectos devem ser considerados na leitura deste novo estudo. As etapas e critérios utilizados para a leitura do sistema urbano brasileiro e, principalmente, das redes urbanas longínquas de metrópoles acaba por tornar os resultados mais próximos da realidade imposta nestes lugares.

Sobretudo, vemos que este, entre outros recentes estudos, estão passando cada vez mais a considerar que há uma lógica na rede urbana que tem tornando a classificação hierárquica cada vez mais obsoleta para explicar processos mais complexos. Deste modo, endossamos novamente a importância de estudos ligados a heterarquia urbana, pois esta considera aspectos que antes não ocorriam, mas por meio da globalização e do modo de produção capitalista, vem tornando as dinâmicas locais, regionais e globais cada vez mais integradas e indissociáveis.



CAPÍTULO 3: A REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA

A urbanização brasileira contemporânea, influenciada, sobretudo, por transformações em âmbitos políticos, econômicos, sociais e espaciais, foi marcada no século XX por uma descentralização territorial, levando a produção industrial das metrópoles para as cidades médias, havendo, desta forma, uma redefinição na divisão social e territorial do trabalho. Esta redefinição provocou mudanças cruciais na forma como se entendia a rede de cidades brasileiras, pois, processos que anteriormente se manifestavam somente nas metrópoles nacionais e regionais, passaram a acontecer também nas cidades médias e pequenas (SPOSITO, 2004).

Com a redefinição da estrutura urbana das cidades contemporâneas, causada através do aumento de lotes não edificadas; de vazios urbanos; sobreposições fundiárias e imobiliárias; novas formas de habitat urbano; concentração de atividades industriais em centros urbanos longínquos das metrópoles etc.; as cidades médias passam a desempenhar o papel de intermediação entre as metrópoles e as cidades pequenas que compõem uma rede urbana (SPOSITO, 2004).

Neste sentido, as cidades médias podem ser definidas como importantes centros regionais que desempenham a função de serem os elos de ligação entre cidades pequenas e grandes. Outrora, as cidades médias possuem papéis econômicos referentes à oferta de atividades comerciais e de serviços, disponibilizando-as não somente aos seus cidadãos, mas também as cidades de sua região de influência. Além disso, essas são também centros de gestão de território, pois possuem papéis políticos-administrativos e representam o poder público estadual, junto às demandas regionais (SPOSITO, 2004).

Ao olharmos para a divisão interurbana do trabalho, estabelecida através de sistema e redes urbanas, vemos o peso do papel dos núcleos urbanos médios e pequenos na divisão regional e territorial do trabalho. No entanto, a posição de cada cidade média não se redefine em relação ao poder econômico, político ou social para melhor, mas as relações com as metrópoles e com as cidades pequenas podem mudar constantemente, conforme o maior ou menor grau das interações espaciais entre estas (SPOSITO, 2017).

Reescalado para as cidades pequenas, Sposito e Silva (2013) afirmam que estas devem ser analisadas no plano de suas relações com os demais núcleos da rede urbana. Ademais, as cidades pequenas adquirem forma e materialidade dentro de um determinado plano espacial ao adentrar-se no processo de urbanização, além de obterem também uma imaterialidade relacionada aos fluxos representados em sentidos econômicos, culturais, políticos etc.

Desta forma, a realidade urbana desses locais não deve estar dissociada de um ponto de compreensão maior, ou seja, ainda que, o termo “pequena” indique um campo de mensuração e qualificação em relação a sua expressão na rede urbana, as cidades pequenas podem adquirir papéis importantes dentro de uma determinada divisão territorial do trabalho expresso de maneiras interescares.

Nessa compreensão, a cidade pequena apresenta uma dimensão geral que é comum aos demais centros urbanos, na expressão da cidade e que abrange uma totalidade. De outro modo, revela particularidades, ou seja, predicados que são parte do todo em conjunto e pode conter singularidades, isto é, características únicas que se combinam na produção desigual do espaço na divisão territorial do trabalho (SPOSITO e SILVA, 2013, p. 31).

A cidade pequena é, portanto, marca de uma escala de dimensão de cidade na divisão territorial e social do trabalho e da transformação do espaço, podendo ser compreendida como o nível mais básico do urbano, mas sendo estendida a maiores níveis de complexidade, dependendo, assim, do contexto geográfico estudado. As cidades pequenas podem se tornar espaços com expressiva presença de mão de obra barata, assim como locais mais centrais na lógica da reprodução capitalista. Deste modo, podem se tornar centros de produção industrial especializados (SPOSITO e SILVA, 2013).

Em cada região, as cidades pequenas tendem a assumir feições particulares no arranjo da rede urbana. Levando em consideração a área de influência junto a densidade demográfica dos núcleos ali próximos, o desenvolvimento terciário atrelado a composição econômica, pode-se entender a importância destes núcleos urbanos em uma dada região. Desta forma, a centralidade não pode ser definida apenas através da extensão da área de influência, mas é necessário também que se pondere a densidade demográfica existente no entorno das localidades (ENDLICH, 2017).

Sendo assim, podemos conceituar uma cidade pequena ou média quando estabelecemos os critérios de definição a partir do plano de suas relações com os demais núcleos urbanos na esfera da rede urbana, determinando sua importância dentro da hierarquia das cidades. São as funções, o nível de centralidade e os papéis desempenhados que determinam a classificação destas cidades dentro da hierarquia urbana (LEÃO, 2011).

A rede urbana, pode ser entendida como “um conjunto de centros funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais (CORRÊA, 2006, p. 311)”. A partir desta complexidade, surge uma multiplicidade de tipos de redes urbanas, com variedades em suas

combinações de características; tamanho dos centros; funções desempenhadas; densidade, natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial diferenciados.

A rede urbana é simultaneamente um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho, historicamente a forma mais avançada na divisão social do trabalho. É um reflexo na medida em que, em razão de vantagens locais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional caracterizadora, entre outros tipos, de cidades industriais, político-administrativas ou portuárias (CORRÊA, 2006, p. 26)

Portanto, os estudos sobre hierarquia urbana colocaram em evidência uma série de irregularidades empíricas e de características diferenciadoras da rede urbana. A existência de uma hierarquia urbana em qualquer organização socioespacial é a principal regularidade verificada. Mas a diversificação da forma que essa hierarquia pode assumir, constituem a mais importante característica encontrada.

No entanto, a partir da reestruturação da urbanização brasileira e a complexificação socioespacial, as relações materiais e imateriais saltam escalas cada vez maiores e de forma fluida. Esses saltos de escala passam a não respeitar mais as relações hierárquicas anteriormente impostas, deste modo, endossamos a tese da Heterarquia Urbana em cidades médias para explicar essas novas relações entre cidades médias, pequenas e metrópoles.²

Por fim, foi traçado nesta pesquisa essa relação entre as cidades médias, pequenas e seus papéis na divisão territorial e social do trabalho a partir da rede urbana. Deste modo, a diferenciação socioespacial é central na compreensão sobre como se dá as interações socioespaciais a partir dos arranjos populacionais das cidades médias estudadas. Sendo assim, daremos atenção para cada um desses pontos neste capítulo, buscando analisar as discussões já realizadas sobre o tema em questão, visando contribuir para este debate.

3.1 AS PEQUENAS CIDADES ENQUANTO ÁREA DE ESTUDO DA GEOGRAFIA URBANA: DEFINIÇÕES E CONCEITUAÇÕES

A partir dos objetivos delimitados nesta pesquisa e com o apoio do levantamento bibliográfico sobre o tema proposto, o presente subcapítulo possui o intuito de realizar uma breve discussão teórico-conceitual sobre as pequenas cidades enquanto parte dos estudos da Geografia Urbana. Assim, buscou-se apresentar as características gerais que hoje se encontram em pesquisas realizadas sobre as pequenas cidades, a partir de algumas questões norteadoras:

² É importante ressaltar que, embora utilizemos do conceito de Heterarquia Urbana a partir das obras de Catelan. O termo surgiu anteriormente às suas obras, sendo adotado no Brasil desde a última década e explicando, principalmente, processos ligados à especialização das relações entre as cidades brasileiras.

Por que é importante estudar as pequenas cidades? Como os autores as tratam? Quais são os elementos que as caracterizam?

Os estudos sobre pequenas cidades, no Brasil, foram iniciados especialmente na década de 1970, período em que são registradas mudanças significativas no padrão de urbanização nacional. De acordo com Endlich (2006), a intensa mobilidade espacial da população procedente de municípios com pequenos centros urbanos foi o fenômeno visível que despertou a atenção para uma série de questionamentos. É neste período em que há grande evasão do campo para a cidade e as pequenas cidades tornaram-se uma ponte entre o rural e o urbano.

Outra mudança significativa foi a perda do papel já antes limitado das pequenas cidades, que até a década de 1970 atendiam às demandas do campo e que a partir de então, passaram a constituir-se também como exército de reserva rural-urbana das metrópoles (CORRÊA, 1989).

No decorrer do processo de saída do campo para a cidade, as pequenas cidades ganham um novo papel e significado na lógica da rede urbana como afirma Santos (1993):

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis [...] cede lugar à cidade econômica onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 1993, p. 51).

Caracterizar uma cidade como pequena não é uma tarefa simples, sendo que o porte populacional muitas vezes não revela a função que ela exerce no contexto dos processos de urbanização (PAVONI, 2019). Segundo Sposito & Silva (2013), a cidade pequena pode ser compreendida como o nível mais básico do urbano, embora existam particularidades a serem consideradas nessa afirmação.

No entanto, considerar o termo “cidade pequena” como um conceito por si só é hoje um desafio visto que está muito interligado ao bom senso da palavra, sendo seu uso fluido e não atrelado somente ao domínio da ciência, utilizado frequentemente tanto pelo Estado quanto pelo senso comum, mas a sua abrangência o torna único (SPOSITO; SILVA. 2013, p. 19).

Fresca (2013) expressa que não há no Brasil um termo que possa ser considerado o mais abrangente e menos isento de críticas, já que é fortemente carregado de sentidos. Para ela:

[...] ao utilizar-se o termo pequena cidade isto não significa considerá-la pequena apenas por possuir um reduzido número de habitantes. Aceitar apenas um número para considera-las como grandes, médias ou pequenas conduziria a uma interpretação equivocada, devido à generalização de núcleos que, apesar de possuírem um contingente populacional quantitativamente semelhantes, são diferentes em sua gênese e dinâmica econômica e social (FRESCA, 2013, p. 18).

Com base nestas definições, nosso posicionamento teórico-metodológico nos leva a defender a necessidade de se estudar as pequenas cidades através da Geografia Urbana. Essa percepção envolve os pressupostos discutidos por Endlich (2006), compreendendo que as pequenas cidades são uma parte concreta da espacialidade, modificam o meio e são componentes essenciais dos fios da rede urbana. O olhar para as pequenas cidades, assim, não deve estar isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas das interações espaciais dos centros urbanos e os fluxos diversos existentes entre eles.

3.2 AS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES NA REDE URBANA: UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ESPACIAIS E HIERARQUIA DAS CIDADES

De acordo com Corrêa (2006) os estudos ligados à rede urbana constituíram um importante legado no âmbito acadêmico da Geografia. Esta importância é consequência do significado que o processo de urbanização passou a ter desde o século XIX, ao refletir e condicionar importantes mudanças na sociedade. A rede urbana tem sido configurada no âmbito da produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Por meio da rede urbana e das crescentes redes técnicas a ela vinculada, distantes regiões e cidades puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial.

Os conhecimentos sobre hierarquia urbana colocaram em evidência uma série de regularidades empíricas e de características diferenciadoras da rede. A existência de uma hierarquia em qualquer organização socioespacial é a principal regularidade verificada. Mas a diversificação da forma que essa pode assumir constitui a mais importante característica encontrada (CORRÊA, 2006).

Assim, não é possível pensar apenas cidades médias de um lado e cidades pequenas de outro. A relação entre esses dois elementos passa por sua combinação, pela articulação entre polarização e difusão. A Geografia é sempre o tratamento das interações espaciais, nunca deve ser apenas localização. A localização é só o começo, mas não é o suficiente para alcançar uma análise mais abrangente e profunda do espaço (SPOSITO, 2009).

Portanto, buscamos fazer alguns esforços em discussões teórico-conceituais no que toca a rede urbana. Inicia-se com as interações socioespaciais que as cidades médias estabelecem com as pequenas cidades, sua inserção na rede urbana, divisão territorial do trabalho e as migrações pendulares.

3.2.1 A rede urbana: suas definições e conceituações

De início, é importante estabelecermos o que admitimos como rede urbana. Para tal, Corrêa (1989) expressa que é necessário que algumas condições sejam satisfeitas para que se afirme a existência de uma lógica em rede, são elas:

Primeiramente haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente. Esta condição tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar verificar se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. Tais pontos tendem a concentrar outras atividades vinculadas a esses negócios, inclusive aquelas de controle político-administrativo e ideológico, transformando-o assim em núcleos de povoamento dotados. A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada se realize plenamente, atingindo os mercados consumidores (CORRÊA, 1989, p. 7).

Neste sentido, a lógica de rede está interligada à circulação de pessoas, bens, serviços, capitais e informações. É necessário que haja uma economia de mercado que articule a produção de mercadorias a serem ofertadas, não produzidas local ou regionalmente, com outros centros; um grau mínimo de divisão territorial do trabalho; a existência de pontos fixos no território para que as negociações aconteçam; e por fim, uma articulação mínima entre os núcleos.

Segundo Corrêa (2006), a rede urbana é também um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados, da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. Estas diferenciações são condicionantes de novas ações.

Neste sentido, é necessário compreender a lógica da implantação das atividades no relativo complexo mosaico de centros e hinterlândias em seus diferentes papéis e pesos. A rede urbana pode ser considerada, ainda, como a forma socioespacial de realização do ciclo de exploração da grande cidade sobre o campo e centros menores.

As cidades médias possuem um papel significativo na lógica da rede urbana na medida em que exercem funções de intermediação entre os pequenos e grandes centros, interligando-os. As capitais regionais ou cidades médias podem ser vistas, assim, como os pontos fixos acima referidos. Estas recebem fluxos constantemente e os enviam também, concentram atividades com maiores níveis de complexidade, e são pontos cruciais para que haja articulação entre os demais núcleos da rede urbana.

Admitimos ainda que há uma intensificação da circulação dos bens e serviços na rede, que por si, interagem com as formas de organização da produção e imprimem simultaneamente ordem e desordem numa perspectiva essencialmente geográfica (DIAS, 2000).

Segundo a autora, na escala local, estas mesmas redes são muitas vezes portadoras de desordem e numa velocidade sem precedentes engendram processos de exclusão social, marginalizam centros urbanos que tiravam suas forças dos laços de proximidade geográfica e alteram mercados de trabalho (DIAS, 2000).

Em relação ao alcance espacial das cidades médias, nos preocupamos com o nível de centralidade que é exercido por elas no contexto de suas redes. Podemos afirmar a centralidade de um núcleo quando nos referimos ao “[...] seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localização central, e maior a sua centralidade (CORRÊA, 1989, p. 21)”.

3.2.2 A rede urbana como condicionante e como resultado para a divisão social e territorial do trabalho

Inicialmente, a relação cidade-campo alterou-se através do processo de divisão social do trabalho em que no campo se produzia o excedente alimentar, liberando força de trabalho para outras atividades. A partir desta divisão social se estabeleceu uma nova divisão, a territorial do trabalho entre a cidade e o campo, com a diferenciação das funções e das formas. Na divisão entre cidade e campo, as cidades a princípio eram locais onde se encontravam as instituições sociais e onde se verificavam as relações de poder, mas logo ela passa a ser também local de produção e seu adensamento permitiu o surgimento de uma divisão intra-urbana do trabalho (LEÃO, 2011).

Neste sentido, o surgimento da rede urbana está relacionado a uma divisão territorial do trabalho, no qual se verifica a existência de centros urbanos que passam a realizar atividades específicas; ou seja, a cada centro é atribuída uma função própria, fazendo com que haja deste modo, uma diferenciação entre esses centros, resultando em hierarquias (LEÃO, 2011).

A divisão territorial do trabalho que, por sua vez, representa o aproveitamento das especificidades de cada espaço, tende a ser tão diferenciada quanto diferem as dinâmicas produtivas, tanto no que se refere à pauta da produção, quanto às técnicas utilizadas (ENDLICH, 2006).

Assim, a rede urbana é simultaneamente reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho, tradicionalmente a forma mais desenvolvida da divisão social do trabalho. É um

reflexo à medida que, em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma espacialização funcional caracterizante de uma complexa tipologia de centros urbanos. Através dela torna-se viável a produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como áreas específicas da própria produção industrial, a circulação entre cidades e áreas e o consumo (CORRÊA, 1989).

A rede urbana é também uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade em suas origens constitui-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, mas também em um ponto no espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural. Este papel de condição é mais tarde transmitido e ampliado à rede urbana: sua gênese e evolução verificam-se na medida em que, de modo sincrônico, a divisão territorial do trabalho assumia progressivamente, a partir do século XVI, uma dimensão mundial (CORRÊA, 2006).

É via rede urbana que o mundo pode tornar-se, simultaneamente, desigual e integrado. Mas é efetivamente devido à ação de centros de acumulação de capitais, às grandes metrópoles, cabeças de redes urbanas de extensão mundial ou nacional, que a divisão territorial do trabalho aparece condicionada pela rede urbana. Através dela, decisões, investimentos e inovações circulam descendentemente, criando e transformando, constante e desigualmente – de acordo com uma dinâmica interna ao capitalismo -, atividades e cidades (CORRÊA, 2006, p. 26 e 27).

Nos países em desenvolvimento, a rede urbana pode ser vista como um conjunto de cidades, no qual, se verifica um papel de intermediação diferenciada de decisões feitas fora da rede urbana nacional. Neste sentido, a própria rede urbana é, através da função de intermediação, parte da divisão internacional do trabalho (CORRÊA, 2006).

Mas há que se considerar, pelo menos em relação a alguns países ou regiões, a existência de uma relativa autonomia nacional ou regional:

[...] a divisão territorial do trabalho é parcialmente derivada de decisões e interesses internos, sediados nas metrópoles nacionais ou regionais e, em alguns casos, nas capitais regionais. Pensamos, assim, que se deva, ao se tratar das relações entre rede urbana e divisão territorial do trabalho, considerar em que medida uma rede urbana é efetivamente condição para a divisão territorial do trabalho ou uma rede de pura intermediação de decisões externas à rede (CORRÊA, 2006, p. 28).

Neste sentido, é visando à descrição e à compreensão da divisão territorial do trabalho que se deve direcionar os estudos sobre a classificação funcional de cidades. Assim, a classificação não deve ser considerada um fim em si, mas um começo de pesquisa sobre uma dada rede urbana (CORRÊA, 2006).

3.3 AS ARTICULAÇÕES ENTRE PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES

O foco neste subcapítulo é voltado para as articulações das cidades médias e pequenas e as conexões que estas estabelecem através da rede urbana. De acordo com Sposito (2009):

Quando eu falo em articular escalas eu falo de um movimento, de dois tipos de movimentos que são necessários e que, às vezes, tem-se dificuldade de distinguir um do outro. Uma primeira, se eu coloco foco no próprio espaço, eu vou ver numa cidade, como é que os fluxos se estabelecem entre elas e outras cidades, ou entre elas e o espaço rural. Outra coisa que eu ponho foco, é nos sujeitos sociais, os sujeitos se movimentam no espaço que articulam cidades entre si, quer dizer, quando eu olho uma cidade, eu também posso tomá-la, desse ponto de vista, quem vai e quem vem, como é que os que aqui vivem se movimentando no espaço (SPOSITO, 2009, p. 47).

Neste sentido, parte do interesse da pesquisa esteve direcionado aos sujeitos sociais que, de diferentes formas, se movimentam no espaço e articulam cidades entre si. Esta análise socioespacial nos permite compreender os motivos pelos quais as demandas das pequenas cidades são efetuadas nas capitais regionais. No entanto, a compreensão do espaço em si, é de suma importância, no sentido de entender os fluxos estabelecidos entre as cidades e seu alcance espacial máximo e mínimo.

Os conceitos de alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo, têm como relação, o tipo de bem ou serviço oferecido, sendo os de uso frequente oferecidos a uma população próxima com um mercado mínimo e alcance espacial reduzido, e os de uso mais raro têm um mercado e alcance espacial maior, tendendo a ser encontrado nos centros de nível hierárquico mais elevado. A partir desses diferentes alcances também se produz a hierarquia dos centros (LEÃO, 2011).

O alcance espacial das cidades médias pode ser compreendido e até medido pelo seu raio de alcance. Para isso, é necessário entender quais ofertas de bens e serviços as cidades médias oferecem e, principalmente, os motivos pelos quais as demandas das pequenas cidades se deslocam e vão ser exercidas em outras cidades. De acordo com Fresca (2013):

[...] a demanda por bens e serviços traduz localizações diferenciadas, pois há produtos e serviços de consumo frequente e pouco frequente permitido estabelecer o alcance espacial máximo e mínimo de cada produto. Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico (FRESCA, 2013, p. 19).

Sendo assim, os bens e serviços ofertados pelas cidades médias permitem medir seu alcance espacial. Para além disto, pode-se compreender as articulações através dos fluxos dos sujeitos sociais, buscando conhecer o que estes demandam das cidades médias, a frequência que estes necessitam deslocar-se e o custo desse deslocamento.

Dentre estes sujeitos sociais que se deslocam frequentemente entre as cidades, observa-se que o deslocamento se deve principalmente ao grau de atração que as cidades médias exercem sobre as pequenas cidades. Trata-se de uma atração cotidiana, pois moradores de núcleos próximos delas encontram um mercado de trabalho relativamente grande, bem como a oferta de bens e serviços mais raros e especializados. Trata-se, neste caso, de migrações pendulares, alternantes ou jornadas para o trabalho (CORRÊA, 1989).

Por fim, a compreensão do fluxo de pessoas das pequenas cidades para as cidades médias é essencial para que possamos entender o grau de influência que estas capitais regionais exercem. É necessário também que entendamos as atividades dos migrantes pendulares na cidade e a sua localização interurbana: isto fornece uma medida do significado da atração urbana sobre a população de sua região (CORRÊA, 1989).

3.4 O ALCANCE ESPACIAL DAS CIDADES MÉDIAS EM SEUS ARRANJOS POPULACIONAIS

As qualidades simultâneas e instantâneas das redes de informação emergiram a partir da produção de complexidades inovadoras, dentro de processos históricos que marcaram a urbanização brasileira e mundial. Dentre estes processos, a densificação das redes, sendo internas ou externas, regionais, nacionais ou internacionais, surge como condição, impondo leis para a circulação crescente de tecnologia, de capitais e matérias-primas. Assim, a primeira propriedade das redes é a conectividade, sendo os nós das redes, os lugares de conexões, poder e referência (DIAS, 2000).

A segunda propriedade das redes pode ser vista como o alcance espacial destas. Os conceitos de alcance espacial máximo e mínimo possuem relação com o tipo de bem ou serviço que é ofertado pelas redes, as conexões. Desta maneira, a oferta de bens e serviços de uso frequente é oferecida, em sua maioria, aos sujeitos sociais próximos, sendo um mercado mínimo e um alcance espacial reduzido, e os de uso mais raro com um mercado e alcance espacial maior (LEÃO, 2011). Por meio desses diferentes alcances, é possível compreender como é a funcionalização das interações espaciais existentes nas cidades médias, apreendidas em escalas hierárquicas, mas também heterárquicas, por meio de relações interescares (CATELAN, 2013).

Neste sentido, o alcance espacial das cidades médias pode ser compreendido a partir da oferta de bens e serviços ofertados aos sujeitos sociais das cidades pequenas. De acordo com Fresca (2013):

[...] a demanda por bens e serviços traduz localizações diferenciadas, pois há produtos e serviços de consumo frequente e pouco frequente permitido estabelecer o alcance espacial máximo e mínimo de cada produto. Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico (FRESCA, 2013, p. 19).

Dentre os sujeitos sociais que se deslocam das cidades pequenas para as cidades médias, destaca-se os deslocamentos diários, pois, os moradores que vivem nesses pequenos núcleos próximos às cidades médias, encontram nela um mercado de trabalho relativamente grande, bem como a oferta de bens e serviços especializados. Podem ser vistos, nestes casos, como migrações pendulares, jornadas de trabalho ou até mesmo para estudo, consumo e lazer (CORRÊA, 1989).

Dentre as escalas de interações, a dimensão regional segue sendo, do ponto de vista epistemológico, um caminho importante na busca pela compreensão da rede urbana. É importante ressaltar o aumento de arranjos populacionais com núcleos formados pelas cidades médias, isto exemplifica o papel desta em uma rede de cidades pequenas, além de demonstrar o alcance espacial e a influência exercida sob os sujeitos sociais que se deslocam frequentemente em direção ao núcleo polarizante.

3.5 A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO CAMINHO PARA COMPREENDER A REDE URBANA

Assim como nas demais ciências, a geografia possui alguns conceitos capazes de sintetizar as análises pelos geógrafos realizadas. A sociedade como objeto de estudo da Geografia acaba sendo composta por cinco conceitos-chaves, que resguardam um grau muito forte de aproximação, sendo referentes a forma pela qual a ação humana modela a superfície terrestre, sendo estes: Território, Lugar, Paisagem, Espaço e Região (CORRÊA, 1995).

Neste bojo de conceitos-chave, paisagem e região se destacam desde a geografia tradicional, ao lado de discussões quanto a paisagem cultural, gênero de vida, região natural, ligadas aos geógrafos, sobretudo, positivistas. Todavia, é a partir da geografia teórica-quantitativa que modelos matemáticos sobre o espaço passaram a ganhar importância e esquemas e teorias como: Teoria da Localização Agrícola de Von Thunen (1826); e a por nós mais pesquisada, a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1933), possuem destaque, principalmente na geografia urbana e econômica.

Do mesmo modo, as discussões em torno da diferenciação socioespacial remontam o prisma do pensamento geográfico, perpassando por diferentes momentos e através de diversas

perspectivas filosóficas. No entanto, se for tratada de maneira superficial, sem o devido rigor e dissolvida em dados imediatistas, a ideia da diferenciação pode perder elementos que enriquecem o significado de muitos conceitos e categorias geográficas (SANTOS, 2018).

Seu uso, no interior do pensamento geográfico, tem sido realizado, pode-se assim dizer, a partir de três diferentes perspectivas: Na primeira, pensada nos marcos da vertente holísticoiluminista de Ritter e Humboldt, a diferença é tratada enquanto individualidade regional existente em um todo planetário; A segunda é mais difundida, calcada na filosofia kantiana e no positivismo, admite uma homogeneidade originária que se vai diferenciando, sobretudo, por meio das atividades humanas; E a terceira, alicerçada no materialismo dialético, observa a diferença entre a materialidade natural e a social, para depois reconhecer as diferenças espaciais que se vão constituindo no interior da evolução diferencial das sociedades (SANTOS, 2018, p. 2).

Pode-se afirmar também que: “a diferenciação sócio-espacial se constitui em foco inicial pelo qual o homem procurou conhecer e avaliar a sua existência e a do outro, incluindo os territórios seus e de outros grupos sociais (CORRÊA, 2007, p. 62)”. A diferenciação socioespacial, nesta perspectiva, é a razão pela qual podem existir as demais ciências sociais na forma como hoje as conhecemos.

As vertentes do pensamento positivista a partir da Geografia moderna foram as primeiras que definiram o espaço enquanto objeto e resultado chave para a ciência modernista. Contudo, o caminho de análise se apoiava em uma noção de espaço absoluto anterior à ação humana, portanto, homogeneizado e distribuidor do desenvolvimento das atividades humanas (SANTOS, 2018).

Este pensamento está associado a Geografia teórica-quantitativa, que toma por recurso a análise sistemática do espaço geográfico, procurando construir modelos e padrões de organização espaciais. Assim, a diferenciação espacial determinava-se a partir de dados estatísticos, hierarquizações, classificações e padrões de distribuições. Tornando o processo de diferenciação como um espaço que consiste em um dado homogeneizado e previamente definido no plano teórico-analítico (SANTOS, 2018).

A geografia marxista rompe essa perspectiva ao compreender o espaço como objetivação humana. Assim, o espaço não é somente um dado anterior à ação da sociedade, mas a materialização de suas relações e, ao mesmo tempo, um meio necessário para a reprodução do capitalismo. Assim, a diferenciação espacial mais elementar é aquela que parte do trabalho, constituído na própria produção da materialidade social (SANTOS, 2018).

A partir do final do século XIX, com o avanço do modo de produção capitalista industrial e financeiro, a superfície terrestre passa a simultaneamente refragmentar-se e articular-se em diversas escalas, dentre elas a da rede urbana e a do espaço intra-urbano. Essa

diferenciação socioespacial torna-se, então, reflexo meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista (CORRÊA, 2007).

O espaço é, portanto, resultado da produção de valores do uso a partir do trabalho, tornando a superfície terrestre cada vez menos uma simples reprodução da natureza e tornando-se um depósito universal da história. Portanto, o processo de humanização social é também um processo de humanização espacial, o que torna a Geografia preponderantemente uma ciência social (SANTOS, 2018).

O trabalho, a princípio, é uma determinação própria da natureza humana, algo imanente a ela (uma causalidade), mas que adquire status especificamente humano na medida em que esta espécie o redireciona conscientemente (causalidade posta) para atender seus objetivos (teleologia), criando a materialidade social. Não obstante, tudo aquilo que é propriamente social, embora diferente da natureza, não deixa de ter nela sua determinação primeira. Assim, no agir teleológico, o homem transforma a natureza, produzindo a si mesmo enquanto ser social sem, contudo, livrar-se da condição de ser biológico (SANTOS, 2018, p. 4).

Deste modo, é necessário reconhecer que a natureza é diversificada e não está homogeneamente distribuída sobre a superfície terrestre. Assim, os recursos e técnicas por estarem distribuídos desigualmente no espaço, fazem que as forças produtivas se desenvolvam de maneira heterogênea. No capitalismo, sobretudo, há uma homogeneização de técnicas e valores, os quais produzem desigualdades que ganham contornos sobre a lógica da produção (SANTOS, 2018).

O modo de produção capitalista, portanto, interage sobre as diversas especificidades técnico-produtivas de cada lugar, criando, assim, um segundo patamar de diferenciação espacial. É o capitalismo que busca transformar tudo em mercadoria e, desta maneira, construir em escala global as condições necessárias para sua reprodução e ampliação (SANTOS, 2018).

No caminho de ampliar a reprodução desigual do espaço, o capitalismo encontra alguns obstáculos e, ao entrar em crise de acumulação, tem-se a necessidade de dar um novo salto político-econômico-tecnológico, procurando novas formas de reprodução do capital e de criação de novos valores. Assim, o encurtamento de distâncias, a construção e conquista de novos mercados, entre outros processos, representam algumas das formas de superação destes obstáculos anteriormente apontados, o que constitui um terceiro patamar de diferenciação espacial (SANTOS, 2018).

Assim, da mesma maneira em que ocorre a expansão capitalista, não obstante há fronteiras, ocorre a concentração de determinados processos de valorização, buscando baratear os custos e, conseqüentemente, gerando centralidade. Pode-se afirmar que “a valorização capitalista do espaço é uma valorização para valorização”, pois o espaço é em seu concerne

uma mercadoria para o capitalismo, cujo o maior consumidor é o próprio capital em sua mais histórica produção e reprodução de riquezas (SANTOS, 2018).

No interior do processo de produção do espaço, os indivíduos são mobilizados segundo diferentes interesses e suas intervenções teleológicas estão sempre calcadas em valores subjetivos, avaliações sobre o real. Esses valores envolvem o complexo universo da moral e da arte, de forma que, no processo de valorização e consumo, há também um conjunto de princípios éticos e de preferências estéticas, individuais e coletivas (SANTOS, 2018, p. 10).

A ética e a estética surgem quando o ser social se depara com a necessidade de escolhas e ter proveito de novas possibilidades no âmbito das atividades teleologicamente orientadas. Por serem valores subjetivos, providos pelo processo do trabalho, torna as escolhas a respeito de valores previamente criados, uma distribuição desigual e diferenciada na superfície terrestre, cercada destes princípios éticos e estéticos (SANTOS, 2018).

Portanto, estes princípios que regem a sociabilidade no capitalismo são necessariamente contraditórios, pois, no momento em que se afirmam de maneira universal a liberdade e a inovação, estão concretamente interditados pelo processo de produção e acumulação. É deste modo que reside o maior dos dilemas do modo de produção capitalista: “o de servir há um só tempo à reprodução da vida e à extração de mais-valia”. Entretanto, o contexto atual é caracterizado pela sobreposição histórica deste segundo aspecto sobre o primeiro, sendo a obtenção da mais-valia como primórdio para a reprodução da vida (SANTOS, 2018).

Acreditamos que o espaço urbano se vai diferenciando segundo as formas sempre distintas de seu consumo, acompanhando o próprio processo de diferenciação do espaço mundial, em suas mais diversas escalas. Há, assim, cinco patamares de diferenciação espacial: o primeiro e mais fundamental diz respeito a diferenciação entre a natureza primeira e a materialidade social; depois, a diferenciação decorrente da humanização seletiva do espaço; o terceiro advém das estratégias geográficas do capital no processo de superação de suas crises cíclicas; o quarto diz respeito ao caráter expansivo e ao mesmo tempo concentrador do capital em sua dinâmica essencialmente contraditória; o último e mais importante é aquele que se dá na escala do habitar, nos conflitos pelo consumo do espaço no interior das cidades. Neste último patamar, portanto, sugerimos os três referidos processos que de forma alguma esgotam a enorme quantidade de processos possíveis na cidade contemporânea (SANTOS, 2018, p. 18).

Todavia, o autor Roberto Lobato Corrêa (2007), opta pela leitura da diferenciação socioespacial em duas escalas conceituais, a primeira sendo a rede urbana e a segunda a escala intra-urbana, sendo fontes de processos e práticas espaciais que produzem distintos padrões de diferenciação. A escala, portanto, é uma construção social incorporada por três correntes: dimensão, cartográfica e conceitual.

[...] a de dimensão, a exemplo de economias internas ou externas de escala; a cartográfica, que se traduz na relação entre objeto e sua representação em cartas e mapas; e a conceitual, associada à idéia de que objetos e ações são conceitualizados

em uma dada escala na qual processos e configurações se tornam específicos e têm a sua própria escala de representação cartográfica (CORRÊA, 2007, p. 63).

Deste modo, o urbano pode ser concebido através destas duas escalas conceituais, ambas possuindo a capacidade de descrição das diferenciações socioespaciais, mas sendo capazes de complementarem-se entre si. Decisões que são tomadas em um núcleo central, a exemplo econômico, possui a capacidade de afetar direta e indiretamente a vida social, política e econômica dos sujeitos presentes no espaço intra e interurbano (CORRÊA, 2007).

A rede urbana é, na realidade, um reflexo dos efeitos acumulados das práticas espaciais de diferentes agentes sociais, principalmente as grandes empresas multifuncionais e multilocalizadas que introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que acabam gerando diferenciações entre os centros urbanos (CORRÊA, 2006)

Ao olharmos para um conjunto de centros funcionalmente articulados, vemos que há uma diferenciação entre suas cidades, que por sua vez gera uma hierarquia urbana, baseada na Teoria das Localidades Centrais (CHRISTALLER, 1966). A rede urbana, portanto, é caracterizada por diferentes formas espaciais que geram ações e processos através da diferenciação socioespacial.

A diferenciação socioespacial na escala da rede urbana pode se manifestar através dos mecanismos econômicos-espaciais como: “[...] alcance espacial máximo, alcance espacial mínimo, economias de aglomeração, externalidades diversas, percepção de oportunidades espacialmente distintas em razão de distância, vias de circulação, fertilidade do solo, microclima, tradições produtivas, entre outros (CORRÊA, 2007, p. 64)”.

Podemos concluir, deste modo, que, assim como ocorre na escala do intra-urbano, a rede urbana é resultado da acumulação de diferentes formas e interações espaciais, desenvolvidas no decorrer de um período de tempo e de certa duração. Este acúmulo, outrora, resulta em processos e práticas espaciais que atuam no espaço e tempo, viabilizando localizações, realocações, permanências de atividades e rugosidades sobre a forma das cidades e da rede urbana.

As práticas espaciais podem ser constituídas por ações espacialmente localizadas e engendradas por agentes sociais concretos, são a forma pela qual, a diferenciação socioespacial pode ser mantida, alterada ou em processo de rearranjo. Vemos, deste modo, a importância em discutir quais são os tipos de práticas espaciais existentes e os impactos que podem causar na espacialmente.

3.6 A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR DAS PRÁTICAS ESPACIAIS

As práticas espaciais foram criadas, mantidas, feitas e desfeitas a partir de longos e infundáveis processos de produção do espaço pela sociedade. Deste modo, “são as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais (CORRÊA, 1995, p. 35)”.

Assim, as práticas espaciais são resultado da consciência que a sociedade possui da diferenciação espacial. Consciência essa que está ancorada em padrões socioculturais próprios de cada tipo de sociedade e nos aparatos técnicos disponíveis em cada momento da história, fornecendo sentidos diferentes à natureza e à organização espacial previamente diferenciada (CORRÊA, 1995).

As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução. Se as práticas espaciais resultam da consciência da diferenciação espacial, de outro lado, são ingredientes através dos quais a diferenciação espacial é valorizada, parcial ou totalmente desfeita e refeita ou permanece em sua essência por um período mais ou menos longo (CORRÊA, 1995, p. 35)

Para tanto, realizaremos neste subcapítulo o exercício de descrever quais os tipos existentes de práticas espaciais, utilizando do autor Corrêa (1992;1995) como base para compreender os processos que resultam em diferenciação socioespacial a partir da ação da sociedade no espaço. Segundo o autor, as práticas espaciais podem ser ordenadas pelas seguintes categorias: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e, por fim, reprodução da região produtora.

3.6.1 A seletividade espacial no processo de diferenciação socioespacial

Pelo processo de produção e organização espacial, a sociedade age de forma seletiva ao decidir sobre quais lugares este irá espacializar-se, a fim de que julgue os atributos ali disposto como sendo de seu interesse. Atributos estes que variam desde a fertilidade do solo, a proximidade da matéria-prima, um sítio defensivo, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de uma força de trabalho, um porto, entre outras qualificações que levaram a localizações seletivas (CORRÊA, 1995).

Estes atributos podem ser encontrados de forma isolada ou combinada, variando de um lugar para o outro e sendo avaliados e reavaliados sistematicamente. Para tanto, é necessário que atenda às necessidades dos agentes sociais pré-impostos, levando-os a realizar mudanças espaciais, se necessário.

A seletividade espacial, portanto, está presente no contexto de sítio e situação urbana, principalmente ao olharmos para as relações geográficas entre as cidades e o meio natural em que estão inseridas. O autor George (1983), explica como duas cidades podem ter diferentes destinos por meio das condições naturais, possibilitando o desenvolvimento urbano de diferentes formas.

Segundo ele, as relações geográficas estão definidas a partir de duas escalas diferentes: a escala local e a regional. A partir da escala local, é possível compreender a situação de sítio da cidade, definida como um quadro topográfico pelo qual a cidade é enraizada, ao menos em suas origens. Já na escala regional, a posição ou a situação da cidade é colocada em evidência, sendo fruto de fatos naturais, ocorridos no passado ou no presente, que impactam o desenvolvimento e se vinculam à facilidade de expansão da cidade (GEORGE, 1983).

Deste modo, a seletividade espacial parte dos conceitos de sítio e situação urbana ou optar-se pelas áreas de seu seletivo interesse. A partir disto, a diferenciação socioespacial poderá ocorrer em diversos momentos, a variar dos processos e formas que ocorreram em determinado espaço e tempo. Em escala da rede urbana, a situação urbana pela seletividade espacial permitirá prever como o alcance e as interações espaciais ocorreram e como será o impacto no urbano-regional de determinada área.

3.6.2 A fragmentação-remembramento espacial no processo de diferenciação socioespacial

Em vista do processo de produção espacial ocorre uma intrínseca dimensão política que pode levar a diferentes formas de controle sobre o espaço. Desta maneira, este pode ser dividido em unidades territoriais controladas pelo Estado, grandes empresas ou grupos que se identificam por uma dada especificidade ou numa dada fração do espaço (CORRÊA, 1995).

A fragmentação e o remembramento dessas frações do espaço, deste modo, são uma prática corrente, principalmente pela necessidade de constituir-se espacialmente as ações de determinados grupos e agentes sociais. A exemplo de uma determinada empresa, a fragmentação pode ocorrer pela intensificação das atividades e, a partir disto, a implantação de novas unidades produtivas e distributivas no território (CORRÊA, 1995).

Nesse processo de fragmentação, elegeu-se primeiro lugares centrais, na lógica destes atenderem uma porção maior do espaço, visto a natureza das unidades a serem implantadas. Assim, vemos que há uma conexão com a seletividade anteriormente mencionada, principalmente ao considerar uma faceta temporal pela prática espacial realizada (CORRÊA, 1995).

Outrora, o remembramento espacial deriva de uma política da empresa que visa impor racionalidade em seu espaço de atuação. Podendo ser pelo processo de aglutinação de unidades locacionais que findará em outra organização espacial; a diminuição da oferta da produção; o aumento de acessibilidade, entre outros processos organizacionais que modificaram espacialmente as ações desta empresa (CORRÊA, 1995).

3.6.3 Antecipação espacial no processo de diferenciação socioespacial

A antecipação espacial pode ser constituída como uma prática definida pela localização de uma dada atividade em um local onde as condições favoráveis tenham sido previamente satisfeitas. Deste modo, trata-se de antecipar a criação de uma oferta significativa de matéria-prima ou de um potencial mercado consumidor de tamanho igual ou superior a um patamar considerado satisfatório para a implantação da atividade (CORRÊA, 1995).

A exemplo deste processo de diferenciação socioespacial, o mais usual segue sendo as zonas de fronteira de povoamento. Entretanto, são as corporações multifacetadas e multilocalizadas que podem arcar com níveis diferenciados de remuneração. A antecipação espacial exprime reservatórios territoriais que garantam em um futuro próximo o controle organizacional de uma dada área, visando possíveis ampliações de atuação no espaço e de reprodução das condições de produção (CORRÊA, 1995).

3.6.4 A marginalização espacial no processo de diferenciação socioespacial

Por razões de ordem, política, econômica, ou cultural, o valor dado a um determinado lugar pode variar ao longo do tempo, podendo alterar a sua importância, e no concerne, marginalizá-lo, deixando-o borda da rede de lugares no qual este é vinculado. São diversos os exemplos de portos que, antes eram relativamente importantes, mas com o passar do tempo decaíram devido ao progresso técnico a partir do século XIX. O esquecimento de uma dada região por uma atividade agrícola ser deslocada para outra, pode, deste modo, marginalizar determinadas cidades que possuíam suas funções entrelaçadas aquela atividade agrícola (CORRÊA, 1995).

Em relação às grandes corporações, as mudanças locacionais são constantes em sua dinâmica, pois implicam no processo de abertura de novas unidades e fechamento de outras. Este processo espacial, para tanto, consiste na seleção de lugares que foram avaliados no passado como sendo pouco atrativos para a implantação de unidades, mas que devido a algum

fator espacial, econômico, político ou social, passa a ser mais atraente. Outrora, pode levar também ao abandono de lugares que foram qualificados anteriormente como atrativos e que em um dado momento participaram da rede de lugares da corporação (CORRÊA, 1995).

Assim, a marginalização espacial possui a capacidade de causar diversos impactos e diferenciar o espaço através do nível de empregos; de impostos arrecadados; na produção de bens de consumo e etc. Esta pode afetar também as interações espaciais dos lugares centrais marginalizados que estão, sobretudo, localizados fora da rede de ligações internas à corporação. Há também casos onde ocorre uma marginalização parcial do espaço, como o caso do fechamento de unidades juntamente a uma reconversão funcional da própria corporação, onde a “nova” substitui aquela atividade retirada do lugar por outrem (CORRÊA, 1995).

3.6.5 A reprodução da região produtora no processo de diferenciação socioespacial

Por fim, pelo processo de valorização produtiva do espaço, acaba sendo necessário a viabilização da reprodução das condições de produção. Deste modo, isto acaba implicando em práticas espaciais localizadas que, comumente, são efetivadas pelo Estado ou por grandes corporações. Estas práticas acabam sendo integradas na gestão do território, levando a diferenciação socioespacial (CORRÊA, 1995)

Para tanto, buscaremos nas considerações finais aproximar os termos, conceitos e todo aparato teórico-metodológico utilizado no decorrer do trabalho, afim de analisar novamente os estudos oficiais apresentados pelo IBGE e, a partir disso, criar formas de se utilizar destas pesquisa para melhor compreender o urbano-regional das cidades médias e as diferenciações socioespaciais que ocorrem e reestruturam a rede urbana.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da redefinição das tramas espaciais e a incorporação das redes técnicas e meios informacionais atualmente condicionadas e homogeneizadas pela globalização, passamos a olhar a rede urbana pela reestruturação e as interações espaciais de forma hegemônica e fragmentada. Isto se deve ao fato de que núcleos urbanos, como as cidades médias por nó estudada, tem-se elevado seu papel de apenas interligar uma metrópole a uma cidade pequena, mas também exercer funções e oferta de serviços, seja no campo administrativo, econômico ou social, para a reprodução das condições de produção da vida urbana nas cidades.

Esse é o lócus da divisão social e territorial do trabalho que, por meio das cidades médias e pequenas, passa a diferenciar o espaço e concomitantemente homogeneizá-lo. Esta contradição existente entre diferenciação socioespacial e homogeneização espacial é alimentada pela própria contradição capitalista de acumulação flexível. Como já foi abordado no capítulo anterior, a rede urbana é condição para a divisão social e territorial do trabalho, todavia, a mesma é meio e reflexo para a diferenciação socioespacial, pois sem uma divisão no papel das cidades não teríamos uma incorporação hierárquica e diferenciadora entre estas.

Deste modo, as interações espaciais passam a integrar o urbano-regional das cidades médias cada vez mais, gerando diferenciação socioespacial através do papel e das relações políticas, econômicas e sociais destas. Todavia, estas interações espaciais estão conectadas também a rede globalizada através de agentes, sobretudo empresas multilocalizadas e multifacetadas que interligam o local ao global. A diferenciação socioespacial, portanto, é causa e condição para a desigualdade espacial, seja no intra-urbano ou no interurbano das cidades médias. No intra-urbano vemos a manifestação destas desigualdades através das: segregações espaciais; fragmentações espaciais; valorização de áreas específicas da cidade em detrimento de outrem; vazios urbanos; criação de condomínios fechados e etc.

Na escala interurbana temos diversas representações que ilustram essas desigualdades socioespaciais como: cidades pequenas em estado de permanência ou até mesmo decadência, seja por estagnação econômica ou por ser exército de reserva de uma cidade média ou uma metrópole; municípios que relacionam-se intrinsecamente com uma empresa de porte médio ou grande, mas que no decorrer do tempo deslocou seus aparatos técnicos para outro local; ou até mesmo no deslocamento diário de cidadãos de municípios próximos de um núcleo central que necessitam do mesmo para ter o acesso a equipamentos especializados, escolas, universidades, bens e lazer.

Todos estes exemplos demonstram que as diferenças são convertidas em desigualdades através do atual sistema de manutenção e acumulação da força de produção

capitalista. Pois, essas diferenças se revelam como fonte de poder de consumo ou de até mesmo como possibilidade de absorção do espaço.

Ou seja, através do plano econômico, social e político, as desigualdades tornam-se diferentes por serem parte constante da vida em sociedade. Em outras palavras, a participação ativa no consumo de bens e serviços retroalimenta a precariedade da roda capitalista, tornando-se um círculo de acúmulo, onde o ser social muitas vezes não compreende a existência de tal organização desigual.

Todavia, a interação espacial permite que a diferenciação socioespacial transite entre as mais diversas escala, seja a partir das diferenças locais ou na rede urbana, pois o transitar de pessoas, bens e serviços perpassa por todas essas esferas, sendo um movimento articulado a decisões de redes ainda maiores que a cotidiana da população das cidades médias e pequenas.

Deste modo, podemos pensar a rede urbana através desta sobreposição de conteúdo, formas e diferenças. As desigualdades presentes no urbano-regional das cidades médias possuem, assim, uma conexão com o sistema urbano brasileiro e até mesmo com a rede global de cidades. Torna-se algo profundamente interligado, pois é uma demanda dos modos de produção capitalista, causando simultaneamente ordem e desordem.

Os estudos oficiais do IBGE veem progredindo na última década em sentido de conter em seu material teórico, empírico e metodológico, todas essas mudanças causadas pela aceleração do envio de informações, bens e serviços. Vimos no início deste trabalho as mudanças que ocorreram na REGIC através da adoção de metodologias mais abrangentes e autores que buscam ir além do pensamento clássico de rede urbana.

Além disso, outras pesquisas passaram a ganhar destaque, como é o caso do estudo Divisão Urbano-regional do Brasil (2013; 2021), que tem em seu concerne a delimitação de áreas e a espacialização de processos e práticas. As Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017) e Arranjos Populacionais e Aglomerações Urbanas (2016) buscam avançar nesse sentido também ao incorporar regiões distintas, mas que se interligam através de fixos e fluxos constantes.

Para tanto, na segunda parte da pesquisa vimos que ainda é necessário que haja a obtenção de dados por terceiros de forma que não se invalidem, mas se complementem. Desta maneira, pode-se utilizar do mapeamento da mancha urbana em busca de analisar a diferenciação socioespacial encontrada pela transformação das formas no urbano-regional das cidades médias.

A partir deste mapeamento, foi possível entender que processos, como o de contiguidade espacial, podem e devem analisados visualmente e interpretados através de dados

quali-quantitativos. Assim, ao adentrarmos nos dados obtidos de cidadãos que se deslocamento diariamente a trabalho e/ou estudo em seus respectivos arranjos populacionais, possuem uma direcionalidade preponderante para certos núcleos da rede. Sendo que essa direção varia de acordo ao seu ponto de origem.

Ao relacionarmos os dados e mapeamentos realizados, juntamente a discussão teórica-conceitual proposta no terceiro capítulo deste trabalho, vemos a predominância de certos temas. O primeiro segue sendo sobre as interações espaciais, que são traduzidas em deslocamentos nos arranjos populacionais, mas que estão tornando-se tão complexas que é necessário um olhar interescalar para suas dimensões.

O segundo é o estreitamento das relações e práticas espaciais entre as cidades médias e pequenas. Entendemos que através da globalização e da evolução dos meios técnicos-científicos-informacionais, os emaranhamentos da rede urbana estão em constante modificação e complexificação. Mas é necessário que voltemos nosso olhar para o local, que é onde as relações sociais estão presentes e os fluxos acontecem. As cidades pequenas já não se traduzem mais em simples cidades locais ou mesmo no fixo mais simples do urbano-regional. Estas têm ganhado dimensões cada vez mais interescares em suas lógicas e pretextos de suas respectivas redes urbanas.

O terceiro e último tema correlacionado neste trabalho entre estudos oficiais e teórico-empírico é sendo o de divisão social e territorial do trabalho. Este guiou do início ao fim nossa maneira de se olhar para a rede de cidades brasileiras. Esta modifica o meio e está presente nas relações sociais e espaciais da vida cotidiana no urbano e até mesmo no rural. Para tanto, é necessário que este olhar não se desvincule da diferenciação socioespacial. A divisão social e territorial do trabalho é o meio, mas a diferenciação é o processo que o vem modificando e redirecionando-o.

Por fim, entendemos que a diferenciação socioespacial não se traduz somente em desigualdades, mas revela as diversidades interescares, sendo um arcabouço de vivências, modos de vida, inter-relações, experiências e até mesmo paisagens. A diferença, portanto, torna-se divergente à homogeneização do espaço, se contrapondo ao ritmo atual da manutenção do capitalismo, sendo importante que a utilizemos a nosso favor.

Assim, concluímos este estudo deixando em aberto questões apresentadas e que podem e devem ser respondidas a partir de futuras pesquisas. Demos aqui um arcabouço de ideias, teorias, metodologias e paradigmas para serem não somente por nós estudadas, mas para que demais pesquisadores utilizem-nas e explorem na maneira como melhor desejarem. As ciências sociais necessitam deste olhar transversal, seja na geografia, filosofia, sociologia, e etc. O

espaço é o *lócus* onde todas as tramas se emaranham, sendo importante que demos a devida importância para o mesmo.

REFERÊNCIAS

CASTELLO BRANCO, M. L. G. A dinâmica metropolitana, movimento pendular e forma urbana: o espaço urbano do Rio de Janeiro. 2006. 13 p. Trabalho apresentado no **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais -ABEP**, realizado em Caxambu, 2006.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall/ Englewood Cliffs, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática. 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, ESCALA E PRÁTICAS ESPACIAIS**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Revista: CIDADES, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia, conceitos e temas/Espaço: um conceito-chave da Geografia**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

DIAS, Leila Christina. **Geografia, conceitos e temas/Redes: Emergência e organização**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

ENDLICH, Ângela Maria. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades In: **Estudos urbanos em perspectivas: reflexões, escalas e desafios** / Marcos Clair Bovo; Ricardo Luiz Tows; Fábio Rodrigues da Costa (orgs). Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2017.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

FRESCA, Tânia Maria. **Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias**. Mercator – número especial, 2010:dez. p. 75 a 81.

FRESCA, Tânia Maria. O papel das pequenas cidades na rede urbana paranaense. In: **Estudos urbanos em perspectivas: reflexões, escalas e desafios** / Marcos Clair Bovo; Ricardo Luiz Tows; Fábio Rodrigues da Costa (orgs). Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2013

GEORGE, P. Geografia urbana. São Paulo: Difel, 1983.

GHIZZO, Márcio Roberto. O comércio e o consumo na produção da cidade: estudo sobre o Aglomerado Urbano de Maringá (PR). in: BOVO, M. C; COSTA, F. R. **Estudos urbanos: conceitos, definições e debates**. Unespar/Campo Mourão: Fecilcam, 2013. P. 117 a 147.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **I CONFERÊNCIA Nacional de Geografia e Cartografia: recomendações e moções aprovadas**. Boletim geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, n. 207, ano 27, p. 127-137, nov./dez. 1968.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2º Edição, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO DEMOGRÁFICO**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Urbano-Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2º Edição, 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE CIDADES, 2021**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades, 2007 – REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades, 2018 – REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro. 2017.

LEÃO, Carla de Souza. **A inserção de pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades na região de governo de Dracena-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2011.

PAVONI, João Vitor. **Produção do Espaço Urbano e a Política Habitacional em Pequenas cidades Paulistas**. 2019. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2019.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Otávio Augusto Alves. **DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL: CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DE PROCESSOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**. [in] **Geo UERJ**. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Pernambuco/PE, 2018.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado. **Cidades pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. Jundiaí. Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Universidad Nacional Autónoma de México. Distrito Federal, México. Agosto, n. 054 p. 114-139, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Olhando de vários pontos de vista o processo de urbanização e a rede urbana. In: Dirce Suetergaray; Charley A. da Silva; Cláudia Pires; Cristiano de Paula. (Org.). **Geografia e conjuntura brasileira**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, v. 1, p. 185-211.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFGA; Observatório Comova, 2009.

TAYLOR, P. J. **City generics: external urban relations in ancient-Mesopotamian and modern-global city networks**. Urban Geography, Abingdon: Taylor & Francis Group, v. 40, n. 8, p. 1210-1230, 2019.

TAYLOR, P. J. **Specification of the world city network**. Geographical Analysis, New York: Wiley; Columbus: Ohio State University, Department of Geography, v. 33, n. 2, p. 181-194, Apr. 2001.

TAYLOR, P. J. et al. **Measuring the world city network: new results and developments**. GaWC Research Bulletin, Loughborough: Loughborough University, Geography Department, v. 300, Mar. 2009.